

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
MESTRADO INTERNACIONAL EM PLANEJAMENTO DO
DESENVOLVIMENTO

Dion Márcio Carvaló Monteiro

**ESTUDO SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO EM ÁREA
DE ASSENTAMENTO NO SUDESTE DO PARÁ**

Belém
2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
MESTRADO INTERNACIONAL EM PLANEJAMENTO DO
DESENVOLVIMENTO

Dion Márcio Carvaló Monteiro

**ESTUDO SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO EM ÁREA DE
ASSENTAMENTO NO SUDESTE DO PARÁ**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Thomas Peter Hurtienne

Belém
2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
MESTRADO INTERNACIONAL EM PLANEJAMENTO DO
DESENVOLVIMENTO

Dion Márcio Carvaló Monteiro

**ESTUDO SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO EM ÁREA DE
ASSENTAMENTO NO SUDESTE DO PARÁ**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito
parcial para a obtenção do título de Mestre em
Planejamento do Desenvolvimento.

Defesa: Belém, PA, 22 de outubro de 2004

Banca Examinadora

Prof. Dr. Thomas Peter Hurtienne
NAEA/UFPA, Orientador

Prof. Dr. Francisco de Assis Costa
NAEA/UFPA, Examinador Interno

Prof^ª. Dr^ª. Maria José de Souza Barbosa
CSE/UFPA, Examinadora Externa

AGRADECIMENTOS

A todas as pessoas que, compreendendo a importância da organização social e econômica dos trabalhadores rurais para a Amazônia e para o Brasil, apoiaram direta ou indiretamente esta pesquisa.

MADRUGADA CAMPONESA

Madrugada camponesa
faz escuro ainda no chão
mas é preciso plantar.
A noite já foi mais noite,
a manhã já vai chegar.

Não vale mais a canção
feita de medo e arremedo
para enganar a solidão.
Agora vale a verdade
cantada simples e sempre,
agora vale a alegria
que se constrói dia-a-dia
feita de canto e de pão.

Breve há de ser (sinto no ar)
tempo de trigo maduro
vai ser tempo de ceifar.
Já se levantam prodígios,
chuva azul no milharal,
estala em flor e feijão,
um leite novo minando
no meu longe seringal.

Já é quase tempo de amor.
Colho um sol que arde no chão,
lavro a luz dentro da cana,
minha alma em seu pendão.

Madrugada camponesa.
Faz escuro (já nem tanto)
vale a pena trabalhar,
faz escuro mas eu canto
porque a manhã vai chegar.

Thiago de Mello

RESUMO

O trabalho em questão, desenvolvido em um assentamento de trabalhadores rurais no município de Parauapebas/PA, objetivou: (01) identificar, no assentamento Palmares, os principais problemas decorrentes da implantação de um modelo de reprodução econômica, agroindustrial, estranho à região sudeste do Pará (importado do sul do país); (02) verificar alguns resultados, principalmente econômicos, mas também sociais, decorrentes da atual estrutura de organização da produção existente no referido assentamento e, finalmente; (03) analisar o suposto conflito que há entre o modelo de produção coletiva, proposto pelo MST, e a reprodução econômica individualizada, priorizada pelos agricultores. Foi identificado que os maiores entraves na tentativa de inserção “forçada”, de um modelo econômico que não contemplava as diferenças infra-estruturais e tecnológicas entre estas duas regiões, apresentaram-se na falta de conhecimentos técnicos e administrativos por parte da quase totalidade dos assentados, bem como dos dirigentes da Associação de Produção e Comercialização do Assentamento Palmares. Em relação aos principais resultados econômicos obtidos, verificou-se que as culturas temporárias mais trabalhadas são: arroz, milho e mandioca (comercializada *in natura* e na forma de farinha), comuns na região. No que se refere ao conflito entre a produção coletiva e a reprodução individualizada, observou-se que a estrutura de organização e gerenciamento dos agricultores precisa ser melhor desenvolvida, para que este modelo econômico coletivo realmente tenha êxito. O trabalho considerou um universo de 517 famílias, oficialmente cadastradas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, sendo abordadas um total de 105 pessoas responsáveis pelas famílias e, como forma de garantir a representatividade do estudo, tendo sido entrevistadas no mínimo uma e no máximo três famílias por cada núcleo de produção. Foram identificados 38 núcleos em funcionamento, quantidade encontrada após levantamento junto à Associação e aos coordenadores destes núcleos, aplicando-se questionário a todos estes dirigentes locais. Como um dos resultados da pesquisa foi verificado que mais de 95% das famílias, vinculadas a algum dos núcleos de produção, trabalham unicamente de forma individualizada e que, quase 50% dos coordenadores de núcleo informaram que não existe, ou existe pouquíssima cooperação entre os componentes das estruturas que dirigem. O estudo indica ainda ser necessário avançar nas investigações aqui apresentadas, principalmente na definição e na construção de modelos econômicos que possam acomodar em seu interior tanto atividades produtivas individuais, quanto coletivas, ou de cooperação no campo.

PALAVRAS-CHAVE: Organização da produção, produção coletiva, núcleo de produção, MST, campesinato.

ABSTRACT

This paper was developed in a rural worker's site in the town of Parauapebas/PA, and it aimed: (01) identify, at the Palmares site, the main problems caused by the application of an agro-industrial economic reproduction model, what is weird in the southeast of the state of Pará (imported from the south of the country); (02) check some outcomes, mainly economic, but also the social ones that were caused by the current structure of the existing production organization in that site; and finally, (03) analyze the presumed conflict that there is between the collective production model, proposed by the MST*, and the individualized economic one, preferred by the rural workers. It was identified that the main obstacles in the attempt of "forced" insertion of an economic model that did not seem to contemplate the infrastructure and technological differences between these two regions occurred due to the lack of administrative and technical knowledge of most of the workers as well as their chief's. Regarding the main obtained economic outcomes, it was verified that the main produced cultures were: rice, corn and cassava (being the latter commercialized *in natura* or in the form of flour), which are common in the region. As far as the collective and individualized production is concerned, it was noted that the structure of organization and management of the workers needs to be better developed so that this collective economic model really succeeds. The research considered a group of 517 families which were officially registered by the National Institute of Colonization and Agro Reform, where 105 family chiefs were interviewed and as a way to guarantee the research representativity. One at least or three families at the most were interviewed in each production nucleus. 38 going on nucleus were identified, which amount was found after counting before the association and nucleus coordinators, a questionnaire was applied to all these local heads. One of the outcomes of the research was: more than 95% of the families that were annexed to one of the production nucleus work in an individualized way and that almost 50% of the nucleus heads informed that there is very little cooperation among their directed structure components. The research also indicates that it is still necessary to advance in the investigations presented here, mainly in the definition and in the building of economic models that are able to accommodate individual productive activities as well as collective or cooperative ones in the country.

KEY WORDS: Production organization, collective production, production nucleus, MST, country workers.

MST * stands for landless movement (people who do not have a place to live and produce)

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Principais motivos apresentados pelos representantes dos núcleos de famílias	47
Tabela 2	Relação dos núcleos atualmente em funcionamento	56
Tabela 3	Número de famílias por núcleo de produção	58
Tabela 4	Nascimento por unidade da federação	61
Tabela 5	Principal atividade antes da ocupação	62
Tabela 6	Comparação da produção no assentamento	66
Tabela 7	Principais dificuldades nos financiamentos	69
Tabela 8	Relação quantitativa núcleos/famílias	72
Tabela 9	Principais assuntos discutidos nas reuniões	75
Tabela 10	Frequência de reuniões em Palmares	77
Tabela 11	Expectativas iniciais com o modelo	79
Tabela 12	Principais motivos para o trabalho individual	81
Tabela 13	Problemas em se trabalhar de forma coletiva	83
Tabela 14	Formas de cooperação entre os componentes do núcleo	85

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Parte da agrovila de Palmares	15
Figura 2	Entrevista com filho de assentado em Palmares	17
Figura 3	Alguns veículos danificados pertencentes a Palmares	42
Figura 4	Alguns equipamentos pertencentes à fabrica de laticínios	44
Figura 5	Sede da Aprocar	50
Figura 6	Típica “casa de farinha” da região	64
Figura 7	Agricultor produzindo farinha em Palmares	65
Figura 8	Família de assentados do PA Palmares	68
Figura 9	Núcleo de família “Filhos da terra”	72
Figura 10	Reunião do núcleo “Filhos da terra”	78

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO AO DEBATE	11
1.1 HISTÓRICO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO PALMARES	11
1.2 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	16
2 UMA ABORDAGEM TEÓRICA SOBRE A CONCEPÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO CAMPONESA	21
2.1 PRESSUPOSTOS E CATEGORIAS IMPORTANTES	21
2.2 ALGUMAS CONCEPÇÕES TEÓRICAS	24
3 A CONCEPÇÃO DE REPRODUÇÃO ECONÔMICA INICIAL, IMPORTADA, E OS PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS	32
3.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	32
3.2 OS PRINCIPAIS PROBLEMAS APRESENTADOS PELOS ASSENTADOS ..	33
3.3 ALGUMAS ANÁLISES COMPLEMENTARES	46
4 A ATUAL ESTRUTURA DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO, CONCEPÇÕES E ALGUNS RESULTADOS VERIFICADOS	48
4.1 A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MST	48
4.2 UM BREVE HISTÓRICO DA CONCEPÇÃO DE COOPERAÇÃO NO MST ...	51
4.3 ALGUNS RESULTADOS	54
5 O CONFLITO ENTRE A PRODUÇÃO COLETIVA E A REPRODUÇÃO ECONÔMICA INDIVIDUALIZADA	70
5.1 A ATUAL SITUAÇÃO DO MODELO DE ORGANIZAÇÃO COLETIVA IMPLEMENTADO NO ASSENTAMENTO	70
5.2 EXPECTATIVAS E CONSIDERAÇÕES	79
6 NOTAS CONCLUSIVAS	86
REFERÊNCIAS	93
ANEXOS	98

1 INTRODUÇÃO AO DEBATE

1.1 HISTÓRICO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO PALMARES

O último período ditatorial no Brasil (1964-1985) introduziu uma nova fase no que diz respeito à forma como vão ser pensadas as políticas de integração nacional, principalmente aquelas que procurarão ligar as regiões Norte e Sul/Sudeste do país, sendo diretamente vinculada a esta questão a necessidade de se definir um outro modelo de desenvolvimento agrícola nacional. Desta forma e, como opção, implementa-se um processo deliberado de grande expansão do capitalismo no campo.

No Pará, mais especificamente nas regiões sul e sudeste do estado, verifica-se que após a construção da rodovia Belém-Brasília, no final da década de 1950, mas principalmente depois da abertura da rodovia Transamazônica, em 1970, ocorre um grande crescimento populacional neste estado, afetando inicialmente a cidade de Marabá e logo em seguida quase toda a região do entorno.

Este processo de ocupação vai se consolidar na década de 1980, fundamentalmente a partir da implantação do Projeto Ferro Carajás, no município de Parauapebas, da Estrada de Ferro Carajás, construção da hidrelétrica de Tucuruí e, em especial, a descoberta do garimpo de Serra Pelada, na fazenda Macaxeira, atual município de Curionópolis, trazendo pessoas de todo o Brasil, mas principalmente da região Nordeste, com ênfase para os trabalhadores vindo do estado do Maranhão.

São nestes mesmos anos de 1980, que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) realiza suas primeiras articulações, sendo estas inicialmente por lideranças de trabalhadores rurais do Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, mais especificamente do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Os principais marcos do surgimento desta organização são o Encontro Regional do Sul, realizado em Medianeira

(Paraná), de 09 a 11 de julho de 1982, e o chamado Seminário de Goiânia, realizado dois meses depois do encontro do Paraná (MORISSAWA, 2001, p.136-137).

A consolidação formal do MST deu-se no 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ocorrido de 20 a 22 de janeiro de 1984, na cidade de Cascavel, estado do Paraná, quando participaram trabalhadores rurais dos seguintes estados: Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Espírito Santo, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Goiás, Bahia, Pará, Acre, Rondônia e Roraima. Após a realização deste encontro, já ocorreram quatro congressos nacionais dos sem terra (1985, 1990, 1995 e 2000).

Pode-se observar que os camponeses paraenses tiveram representação desde os momentos iniciais do MST, principalmente através de lideranças ligadas aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Porém, foi somente em 1990 que o MST/PA fez sua primeira ocupação, mais especificamente no dia 10 de janeiro, no município de Conceição do Araguaia. Esta ocupação mobilizou algo cerca de cem famílias, que se fixaram em uma área chamada “Fazenda Ingá”.

As ocupações continuaram nos anos seguintes, bem como a reação dos latifundiários da região que, juntamente com as polícias Civil e Militar, e até mesmo com a Polícia Federal, prepararam ações na tentativa de desmobilizar o movimento e acabar com as ocupações que ocorriam na região. Uma das ações mais rigorosas foi a realizada no dia 17 de junho de 1991, quando os três níveis policiais apontados anteriormente, em uma operação conjunta, após terem grampeado o telefone da secretaria do movimento, fecharam todas as saídas da cidade de Marabá e da quadra onde ficava naquele momento a sede do MST, prendendo sete lideranças, que foram acusadas de serem “guerrilheiros” (MST, 2003c).

Mesmo estando a organização dos Sem Terra sob grande pressão pelas elites locais, as ocupações, as manifestações e os processos de formação de base, bem como a estruturação física do movimento, continuaram nos anos seguintes. 1994 foi definido como um ano

importante e que deveria ser pautado por uma massificação no processo de ocupação de toda área passível desta ação e que não estivesse cumprindo sua “função social”, como define a Constituição brasileira.

É neste bojo que se inicia a disputa pelo que vai ser futuramente o Projeto de Assentamento Palmares. Assim, no dia 26 de junho de 1994, contando com aproximadamente mil e quinhentas famílias (BRITO FILHO, 2004, p.66), os sem terra ocupam uma área que havia sido cedida pelo Governo Federal à Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) sob o argumento de que a mesma seria ambientalmente conservada, conhecida como “Cinturão Verde”. Porém, esta ocupação possuía mais um efeito prático de pressão política do que uma avaliação concreta, por parte das lideranças do MST, de que as famílias conseguiriam realmente ficar naquele local.

De fato, alguns dias depois foi expedida ordem judicial para que a área fosse desocupada, o que foi feito, isto após já ter ocorrido alguns conflitos entre os sem terra e os policiais da região. Ao chegarem à cidade, os agricultores fizeram uma passeata até a sede da Prefeitura Municipal de Parauapebas, acampando em uma praça que fica em frente a esta administração. Alguns dias depois as famílias de sem terra solicitaram transporte para ir até Marabá, no que foram prontamente atendidas pelo prefeito da época, conhecido como “Chico das Cortinas”.

Os agricultores chegaram a Marabá no dia 05 de julho, exatamente 09 dias após terem ocupado a área sob responsabilidade da CVRD, tendo ficado acampados no pátio da sede do Incra, iniciando-se assim novas negociações que não avançaram muito. Com o impasse, os sem terra decidiram mudar a tática e enviar alguns representantes a Brasília, para negociar com a direção nacional do Incra. E, como forma de aumentar a pressão, resolveram também ocupar a sede do Incra de Marabá, onde ficaram por dois dias. Ao todo foram aproximadamente cinco meses acampados em Marabá (julho a novembro de 1994).

Como nada se resolvia, os camponeses resolveram voltar a Parauapebas, ficando inicialmente em frente ao portão de entrada da Floresta Nacional de Carajás. Após serem expulsos deste local pela polícia, vão para a frente da Câmara Municipal de Parauapebas onde permanecem até o dia 20 de janeiro de 1995, quando se deslocam para uma outra área (indicada pela prefeitura) nas proximidades da cidade, conhecida como “Zé de Areia”, onde ficam de janeiro a maio do mesmo ano.

Neste período inicia-se um novo processo de negociações, agora com o Governo Estadual, representado na época por Almir Gabriel, porém como das outras vezes nada se resolveu. No dia 14 de maio, quase um ano após terem ocupado a “Cinturão Verde”, os sem terra resolvem ocupar uma área da Fazenda Rio Branco, a mesma que já havia tido uma parte comprada pelo Governo Federal para assentar outros camponeses, em 1992.

Desta vez os agricultores estavam totalmente determinados a não sair da terra, o que pode ser identificado nos versos de Edmar Silva (1998, p. 21), mais conhecido como “poeta”, assentado de Palmares:

CXXX
 Todos diziam consigo
 Agora a coisa se encerra.
 Na região Parauapebas
 Vai começar uma guerra
 De polícia e pistoleiro
 Contra os coitados dos sem terra
 CXXXI
 Quando o dia amanheceu
 Começou a brincadeira.
 Escolheram 200 homens
 Para fazer a trincheira.
 Era a conquista da terra
 Ou uma guerra certa.

Ficaram neste novo acampamento de maio a outubro de 1995, quando decidiram iniciar uma marcha a pé até Belém, distante aproximadamente 700 km de onde estavam. Saíram no dia 10 de outubro e quando chegaram em Eldorado do Carajás foram convidados a formar nova comissão para participar de uma outra reunião com o Incra, novamente em

Brasília. Desta vez, finalmente, depois de um ano e quatro meses de luta, os sem terra conseguiram que fosse desapropriada outra parte da Fazenda Rio Branco, que recebeu o nome de Assentamento Palmares em homenagem a resistência de Zumbi, líder dos escravos que fugiam do cativeiro no século XVII e ao Quilombo de Palmares, o maior de todos os que existiram.



Figura 1 - Parte da agrovila de Palmares

Foto: Dion Monteiro, 2004

Após esta desapropriação as famílias passaram para uma outra etapa na construção do assentamento. Agora a preocupação era como estruturar o local. Assim ficou decidido o seguinte: Ao contrário de outras experiências acompanhadas pelo MST na região, em Palmares definiu-se primeiramente pela implantação das infra-estruturas como escola, posto de saúde, moradias, agroindústria, energia, etc. Posteriormente seriam demarcadas as terras e definidas que culturas seriam plantadas, por quem e em que quantidade (BRITO FILHO, 2004, p.72).

Em 1997 foi conseguido financiamento do Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (Procera), sendo adquiridos com este recurso os seguintes equipamentos: 04

tratores, 06 caminhões, 01 fábrica de laticínios; 01 fábrica de farinha; 01 usina de arroz, acompanhada de uma empacotadeira; uma fábrica de ração e ainda diversas unidades de gado leiteiro; suínos; peixes (alevinos) e aves. Com a instalação de energia elétrica no assentamento, em 1998, tentou-se por em funcionamento as primeiras indústrias, mais especificamente a usina de arroz, porém os resultados não foram os esperados. Os motivos que levaram a estes termos serão melhor explicados no Capítulo 3 deste trabalho.

Cumprida esta etapa, encaminha-se de forma mais intensificada a organização das famílias em relação ao processo produtivo. É a partir desta questão que se constrói a pergunta da atual pesquisa, qual seja: O atual modelo de organização da produção implementado pelo MST no assentamento Palmares tem contribuído concretamente com um incremento na produção dos agricultores residentes neste local e, principalmente, tem propiciado o desenvolvimento de relações sociais e econômicas diferenciadas das usualmente identificadas e praticadas, tanto nas zonas rurais quanto nas zonas urbanas?

1.2 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O Projeto de Investimento enviado ao Banco do Brasil em 2002 para captação de recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), indicou a existência formal de 517 famílias em Palmares, oficialmente cadastradas perante o Incra. Desta forma, a pesquisa em questão considerou este número como o universo populacional de interesse para a observação que será realizada.

Como as famílias, em relação à produção, reúnem-se em núcleos e todos os financiamentos conseguidos foram aplicados no assentamento tendo estas estruturas como fundamento organizacional e operacional, definiu-se pela realização de uma amostragem estratificada da população, tendo como base destes estratos os referidos núcleos de produção ou núcleos de família, como são conhecidos estes organismos implementados pelo MST.

Considerou-se que, mesmo havendo níveis de comportamento e interesses diferentes de estrato para estrato, dentro do mesmo estrato as compreensões e posicionamentos em relação à temática em estudo, ou seja, a produção e sua organização, seriam senão idênticas, mas pelo menos similares. E ainda que, de acordo com a quantidade de famílias pertencentes a cada núcleo (considerado como um estrato), deveria ser retirada uma quantidade variável destas famílias para observação. Assim, foi abordada uma quantidade que variava de no mínimo uma e no máximo três famílias por núcleo do assentamento, considerando todos os trinta e oito núcleos hoje em funcionamento.



Figura 2 – Entrevista com filho de assentado de Palmares

Foto: Gustavo Paixão Filho, 2004

A escolha das famílias que seriam entrevistadas, por núcleo, foi aleatória, fruto de sorteio realizado que posicionava as famílias em ordem decrescente dentro do núcleo. Quando o responsável pela família, ou seu representante, não era de forma nenhuma encontrado, passava-se para a próxima família sorteada, posicionada logo após a anterior, podendo chegar até a última família do núcleo de produção eventualmente sorteada, o que neste estudo não ocorreu.

O primeiro questionário foi aplicado em 105 famílias do assentamento, através de seus responsáveis, como observado. Este questionário tinha como principal objetivo a realização de levantamento de informações a respeito do atual nível de produção das famílias, participação dos seus responsáveis nos processos de tomada de decisão existentes no assentamento, questões sobre os financiamentos conseguidos e suas principais dificuldades, bem como de outras informações gerais.

A definição do tamanho da amostra, anteriormente especificado, baseou-se em princípios estatísticos que pudessem assegurar a precisão científica dos resultados da pesquisa. Assim, conceitos como intervalo de confiança (margem de erro) e, nível de confiança, foram considerados importantes neste processo. Louis Rea e Richard Parker (2002, p. 123) fazem a seguinte observação a este respeito:

O nível de confiança é o risco de erro que o pesquisador está disposto a aceitar no estudo. Dado os requisitos de tempo, orçamento e a magnitude das conseqüências de se tirar conclusões erradas da amostra, o pesquisador normalmente irá escolher um nível de confiança de 95% (5% de chance de erro) ou 99% (1% de chance de erro). Por outro lado [...] o intervalo de confiança determina o nível de precisão da amostragem que o pesquisador obtém.

A equação geral para o tamanho da amostra, em populações grandes e pequenas, ou seja, maior e menor que cem mil unidades, apresentada pelos autores anteriormente citados é a seguinte:

$$n = \frac{Z\alpha^2(0,25)N}{Z\alpha^2(0,25) + (N - 1)Cp^2}$$

Onde:

n – Tamanho da amostra

Z α – Nível de confiança definido

N – Tamanho da população

Cp – Intervalo de confiança

Os autores indicam ainda valores padronizados para os níveis de confiança mais usados: 95% (1,96) e 99% (2,575).

Com base nas informações anteriores, verifica-se que a amostra utilizada na pesquisa, 105 famílias, revela um nível de confiança de 95% e um intervalo de confiança de aproximadamente 8,5%, ou seja, indica que a pesquisa apresenta 95% de segurança que a sua margem de erro é de aproximadamente 8,5%, para mais ou para menos, em relação aos resultados encontrados no primeiro questionário aplicado, aquele que se refere mais especificamente às informações sobre a produção em Palmares.

O segundo questionário foi aplicado em todos os 38 núcleos de produção em funcionamento, através de seus respectivos coordenadores, ex-coordenadores ou, em último caso, membros de referência. O objetivo deste instrumento foi coletar informações sócio-organizacionais referente ao assentamento, como por exemplo: quais as expectativas e problemas em relação à produção coletiva, qual a forma de trabalho que as famílias preferem desenvolver, a frequência das reuniões, a melhor forma para a organização dos núcleos de produção, etc.

Os coordenadores de núcleo foram escolhidos para serem entrevistados por ocuparem uma posição estratégica dentro de Palmares. Atuando tanto junto à coordenação geral do assentamento, ao participarem das reuniões que congregam todos os coordenadores de núcleo de famílias mais a direção do MST e da Associação de Produção e Comercialização dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Palmares (Aprocpa), quanto junto aos assentados de base. Podendo desta forma ser um importante elo entre estes dois “grupos” de camponeses, ou seja, aqueles que estão com alguma tarefa de direção e aqueles que, no momento, não estão responsáveis por estas atividades, sendo assim o principal elemento impulsionador do processo de participação democrática dentro do referido assentamento, além de terem conhecimento sobre todas as discussões e estruturas vigentes.

As informações mais específicas foram coletadas tanto na Apropar, quanto em contato com algumas lideranças dos sem terra. Foram consultados relatórios elaborados para captação de recursos junto aos órgãos financiadores e, também, monografias e dissertações que tiveram como foco esta área, algumas produzidas nos cursos de graduação, especialização e mestrado da Universidade Federal do Pará e outras elaboradas por assentados e filhos de assentados, nos cursos promovidos pelo MST e seus parceiros. Porém, esta consulta bibliográfica ficou de certa forma limitada, pois mesmo realizando intensa pesquisa nos acervos das instituições responsáveis pela geração de conhecimentos científicos, identificou-se ainda uma grande carência de materiais relacionados à organização da produção de trabalhadores rurais na Região Amazônica e, mais especificamente, no Sul e Sudeste do Pará.

2 UMA ABORDAGEM TEÓRICA SOBRE A PRODUÇÃO CAMPONESA

2.1 PRESSUPOSTOS E CATEGORIAS IMPORTANTES

A questão agrária no Brasil, bem como em todo o mundo, sempre apresentou enorme complexidade, instigando vários e conceituados autores a se debruçarem sobre o tema procurando desvendar os elementos que determinam suas relações sociais, econômicas, ambientais, culturais e políticas. Na Amazônia paraense esta questão não é diferente e, devido às já observadas peculiaridades regionais, torna-se muitas vezes mais incisiva ainda, levando ao extremo a necessidade de uma profunda acuidade científica interdisciplinar no sentido de pormenorizar uma reflexão sobre seus pressupostos.

Rosa Acevedo (2002), em trabalho denominado “Conflitos agrários no Pará”, logo no início da discussão afirma que um dos elementos determinantes, referentes aos conflitos existentes neste estado, é impulsionado pela aviltante falta de equidade no controle dos recursos naturais, ocasionando o que a autora chama de “relações antagônicas” na estrutura agrária desta região. Uma das conseqüências desta situação expressa-se no permanente estado de tensão concretamente observado e nos índices de violência cada vez maiores, fartamente identificados e registrados por inúmeros pesquisadores e organizações governamentais e não governamentais.

As ações realizadas nas décadas de 1970 e 1980 (abertura de estradas e grandes projetos) induziram a uma intensa migração de trabalhadores de outras regiões do Brasil para o estado do Pará, conforme pontuado na introdução deste trabalho. Esta situação levou a um recrudescimento dos conflitos no campo, porém também levou ao desenvolvimento dos movimentos sociais e populares organizados, conforme expressa Acevedo no artigo anteriormente citado:

Na década de oitenta, fortalece-se a articulação dos sindicatos de trabalhadores rurais, emerge a luta dos seringueiros, a organização do

movimento dos posseiros, do Movimento dos Sem Terra, do movimento das quebradeiras de coco, dos atingidos por barragens, de remanescentes de quilombos, como ação de enfrentamento em situações de ameaça e conflitos que se tornaram freqüentes, nas quais o uso da força e a participação da polícia e exército, sob o comando do Estado, estão cada vez mais acentuados (ACEVEDO, 2002, p. 211).

A organização destes movimentos sociais e populares, principalmente de posseiros e sem terra, fez com que fosse inserido, de forma mais consistente, o debate sobre a agricultura familiar nesta parte da Amazônia, verificando-se com o passar do tempo, porém, uma certa modificação na compreensão em relação a esta forma de produção, principalmente com a inserção de elementos que passavam a se pautar por uma “modernidade” dos agricultores, fator que se contrapõe aos processos tradicionais, havendo agora uma exigência no que diz respeito a resultados econômicos mais consistentes, definidos pelas demandas de mercado. Aqui é importante observar que está sendo considerada como agricultura familiar o tipo de atividade onde os componentes familiares são responsáveis pela maior parte da força de trabalho despendida no estabelecimento agrícola e ainda que a propriedade, tanto da terra quanto dos meios de produção, pertença também ao referido grupo.

Wanderley (1999, p. 21-22) observa que dentro da compreensão sobre agricultura familiar pode-se abordar outros conceitos. Um destes é o conceito de agricultura camponesa, outro é a compreensão sobre agricultura de subsistência. Afirma a autora que estes dois tópicos são em essência diferentes, principalmente quando se observa que o primeiro (agricultura camponesa) pauta-se pelo entendimento da necessidade da reprodução e manutenção familiar, produzindo tanto para o consumo interno quanto para a comercialização, através dos excedentes. Ao contrário, a agricultura de subsistência, como o próprio nome diz, pauta-se apenas pela ação de sobrevivência imediata dos componentes familiares, sem sustentar-se em uma proposta em longo prazo.

Lamarche (1997, p. 15), em conhecido estudo que coordenou sobre agricultura familiar em diversos países do mundo, tendo como uma das participantes Nazaré Wanderley,

compondo a equipe que estudou o caso brasileiro, apontava o problema da dificuldade em definir o que seria exploração familiar. Porém, quanto ao enfoque sobre os elementos que dão sustentação à unidade de produção agrícola, nos termos propostos, o autor acima especificado relaciona principalmente a questão da propriedade, do trabalho e, logicamente, da própria família, corroborando com os elementos anteriormente expostos.

Neste estudo Lamarche afirma que o conceito de exploração familiar é uma noção que apresenta uma clara ambigüidade e que o conceito de exploração camponesa, trabalhado e descrito profundamente por Chayanov, está inserido na definição de exploração familiar, porém que o inverso nem sempre corresponde à verdade, ou seja, nem toda exploração familiar é camponesa. O referido pesquisador afirma ainda que podem ser considerados os seguintes modelos agrícolas: modelo familiar, modelo de subsistência e modelo empreendimento agrícola, sendo este último o padrão almejado pelo explorador francês.

Na Amazônia paraense encontram-se diversos exemplos em relação aos modelos agrícolas apontados, sendo vários os elementos que contribuem com esta situação. Assim, pode-se considerar a dimensão geográfica desta região, as diversas origens territoriais da população que atualmente compõe este estado, a grande diferença econômica que existe entre as classes sociais aqui representadas, os aspectos culturais fruto da diversidade étnica e de experiências acumuladas, entre outros elementos aqui não explicitados.

No sul e sudeste do Pará verificam-se algumas experiências referenciais, uma delas é a explicitada pelo Centro Agroambiental do Tocantins (CAT) e pelo Laboratório Sócio-agronômico do Tocantins (Lasat), ambos localizados no município de Marabá, realizando importantes pesquisas na região. Entre os vários trabalhos realizados pelo CAT/Lasat destaca-se um estudo, específico para o município sede, onde os pesquisadores apontaram “a capacidade empreendedora dos agricultores “pioneiros” em diversificar os sistemas de produção e o seu papel ativo de usar a terra ainda disponível na fronteira como “maiores

triunfos” para a superação das crises dos seus sistemas de produção” (HURTIENNE, 1999, p. 449).

O atual sistema de reforma agrária, defendido por alguns e questionado por outros (NAVARRO, 2002), tem feito despontar no Brasil um tipo de campesinato organizado nos projetos de assentamento implantados pelo Incra. Este “novo” agricultor, surgido deste processo, que pratica tanto a agricultura camponesa quanto a agricultura de subsistência, utilizando os conceitos de Wanderley, tenta se organizar de diversas formas, pautado por diversas orientações, algumas apresentando um caráter mais sistemático e dirigido pelo trabalho coletivo e outras indicando uma independência total entre cada uma das famílias de trabalhadores rurais, isto no que diz respeito ao desenvolvimento do processo produtivo.

2.2 ALGUMAS CONCEPÇÕES TEÓRICAS

Abramovay (1998, p. 81) observa que apresentar as concepções que procuraram explicar o comportamento do campesinato não é uma tarefa fácil, principalmente porque são várias as compreensões, e um trabalho que busque verdadeiramente abranger todos os paradigmas existentes precisaria ser especialmente dedicado, em sua íntegra, a esta questão teórica. Assim, o presente item terá como principal objetivo destacar apenas os pontos iniciais e centrais de autores importantes neste debate e, suas contribuições ao estudo da organização social e econômica da agricultura familiar e camponesa.

No campo da discussão sobre a economia agrária, Kautsky foi um dos mais destacados escritores, produzindo em 1899 “A questão agrária”, um dos mais importantes estudos sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo, utilizando neste trabalho uma abordagem marxista. Na verdade, Lênin baseou todo o seu estudo sobre esta temática nas idéias de Karl Kautsky, o que, devido às divergências políticas entre eles, nunca foi assumido pelo dirigente russo.

Por mais que Kautsky não tenha apoiado a revolução bolchevique, tendo inclusive criticado o que, segundo este autor, considerava ser uma forma de poder totalmente discricionária por parte deste grupo, suas idéias foram amplamente utilizadas pelos comunistas, principalmente suas avaliações e propostas para o campo e para os camponeses. Sua compreensão sobre o tema pode ser claramente percebida na seguinte observação:

Para nós o problema agrário é o mais complicado, mas também o mais importante da revolução. Sua solução exige a colaboração mais intensa entre a cidade e o campo, entre teóricos e práticos. Mas também necessita a mais intensa cooperação dos diversos países do mundo, pois o problema agrário tornou-se internacional desde que a agricultura deixou de ser auto-suficiente para depender da compra de matérias-primas como o adubo e a forragem, importados do mundo inteiro (KAUTSKY, 1981, p. 131).

Inicialmente, a revolução socialista na Rússia teve o apoio dos camponeses, principalmente quando estes começaram a receber as grandes propriedades que iam sendo confiscadas pelo Estado. Porém, com a implantação do regime burocrático autoritário, este apoio foi perdendo força. Além deste fator, outro motivo foi que para manter o grande “exército vermelho”, necessário à sustentação do regime, os camponeses precisaram produzir muito mais do que antes, ao mesmo tempo em que consumiam muito menos, sendo assim forçados a manter, com o excedente de sua produção, tanto o observado exército como os operários urbanos.

Afirmava este autor que era o Estado quem deveria pensar e encaminhar todas as situações referentes à temática agrária, tanto no que dizia respeito às questões locais, quanto no plano internacional. Um bom exemplo estava relacionado à decisão sobre a política, que deveria ser implementada no país, ligada às importações de produtos primários de outras nações. Neste sentido, Kautsky avaliava que estas importações deveriam ser amplamente facilitadas, abrindo as fronteiras para que se pudesse auferir preços menores de compra dos produtos, sem que isto viesse a prejudicar as nações vendedoras.

O Estado deveria dar ao campo a mesma atenção que dava à cidade, de forma nenhuma se afastando deste. É neste momento que Kautsky faz uma de suas maiores críticas aos bolcheviques, que acusava de implantar uma inexorável ditadura nas cidades, porém deixava uma total fragilidade no campo. Implementando uma revolução socialista nas zonas urbanas, mas permitindo que se iniciasse uma revolução burguesa nas zonas rurais (KAUTSKY, 1981, p. 130).

Segundo Kautsky, as indústrias deveriam ser implantadas também no campo, porém, para que isso ocorresse seria necessário haver o que ele chamava de “meios de comunicação” em bom estado e, em quantidade suficiente. Estes “meios de comunicações” seriam estradas comuns, telégrafos, estradas de ferro e, tudo aquilo que pudesse garantir um processo de comunicação e um contato rápido e eficiente. Como na Rússia do início do século XX não havia esta disponibilidade infra-estrutural, a referida implantação não ocorreu da forma e no tempo necessário, dificultando mais ainda a situação que já era precária.

Mesmo com esta limitação, o autor afirmava que o desenvolvimento conjuntural tenderia a demonstrar que a agricultura ficaria, naturalmente, subordinada à indústria, passando a ser um ramo desta. Quanto aos camponeses, estes desempenhariam prioritariamente o papel de fornecedores de mão-de-obra para as grandes unidades produtivas. Porém, em alguns casos, ainda continuariam existindo como camponeses, desempenhando formas de trabalho acessório como o trabalho agrícola assalariado, normalmente temporário, e participando de indústrias a domicílio, menos eficientes que a indústria urbana, porém apresentando custos menores com a remuneração de mão-de-obra.

A produção agrícola deveria ser organizada, primeiramente, a partir da apropriação dos grandes latifúndios pelo Estado, podendo ser repassados para as comunidades agrícolas cooperativadas. Porém, estes grandes latifúndios de forma nenhuma deveriam ser parcelados, pois este processo levaria à perda de eficiência econômica, podendo prejudicar também o

desenvolvimento da tecnologia agrícola que deveria ser voltada para o fortalecimento e a garantia das grandes produções, necessárias para sustentar o campo e as cidades.

Em várias passagens de suas obras Kautsky vai se referir à superioridade técnica da grande produção agrícola, mesmo considerando que em algumas culturas como, por exemplo, a horticultura, pode haver um equilíbrio produtivo, temporário, entre a grande e a pequena produção agrícola.

Depois de demonstrar a superioridade técnica da grande produção na agricultura [...], Kautsky se pergunta: “O que pode a pequena produção contrapor às vantagens da grande?” E responde: “Maior esmero e maior diligência do lavrador, o qual, diferentemente do assalariado, trabalha para si mesmo; e também um nível tão baixo de consumo do pequeno agricultor individual, que chega mesmo a ser inferior ao do operário agrícola” (LENIN, 1981, p. 91).

Esta superioridade da grande produção vai ser um dos elementos que vão incentivar os camponeses a se organizarem em cooperativas, procurando, desta forma, também ter maiores ganhos de produtividade. Assim, Kautsky observa que as cooperativas formadas por pequenos agricultores, a partir de suas intenções objetivas e subjetivas, representariam mais uma passagem ao modo de produção capitalista do que a implantação de uma concepção coletivista.

Lênin, analisando o livro “A questão agrária”, fez também a seguinte observação a respeito da dificuldade da implantação de uma produção coletivista pelos camponeses:

O que impede o pequeno produtor (o artesão e o camponês) de passar à produção coletiva é o ínfimo desenvolvimento da solidariedade e da disciplina, seu isolamento, seu “fanatismo de proprietário”, notório não apenas entre os camponeses da Europa Ocidental como também, acrescentaremos, entre os camponeses “comunais” russos [...]. “É absurdo esperar – afirma categoricamente Kautsky – que o camponês passe da sociedade moderna à produção comunal” (LENIN, 1981, p. 92).

Ao ser feita uma análise mais política da situação, verifica-se que uma das preocupações de Kautsky baseava-se em como demonstrar que o pequeno produtor, camponês, enquanto proprietário dos meios de produção, não servia ao modelo econômico

defendido pela social-democracia, pois não se enquadraria aos pressupostos coletivistas desta concepção teórica (ABRAMOVAY, 1998, p. 51).

Confrontando-se a avaliação de Kautsky podem-se observar as considerações de Bernstein (intelectual e político alemão), que afirmava que a cooperação no meio camponês apontaria para a possibilidade de obterem-se resultados muito mais eficazes que os processos associativistas verificados nas cidades, e que as pequenas unidades produtivas, em alguns aspectos, poderiam ter melhor desempenho e trariam maior segurança para seus exploradores que as grandes fazendas. Em sua obra “Socialismo evolucionário”, Bernstein escreve o seguinte:

As vantagens da compra cooperativa de sementes, da compra ou arrendamento cooperativo de máquinas agrícolas e outras, e a venda cooperativa de produtos, bem como a possibilidade de crédito em condições acessíveis, não pode salvar camponeses já arruinados, mas são um meio de proteger da ruína milhares e dezenas de milhares de pequenos camponeses e agricultores. Não pode haver dúvida a tal respeito (1997, p. 105).

Chayanov, agrônomo russo, afirmava que os intelectuais (teóricos da economia moderna) sempre avaliavam os fenômenos pautados por conceitos presentes basicamente na economia capitalista, e que todas as situações diferenciadas do padrão apresentado pelo modelo em questão eram consideradas em extinção ou como fator que não tinha mais nenhuma influência na realidade econômica atual.

Porém, observava o autor, sempre existiu e possivelmente continuará existindo uma grande quantidade de pessoas, em geral habitantes de regiões distantes dos grandes centros urbanos, moradores das zonas rurais, que não pautam suas ações por indicadores como salários, lucros e juros. Envolvendo em suas relações de trabalho outros valores, realmente incompatíveis com a dinâmica apresentada pelo modo de produção capitalista.

Chayanov e a Escola da Organização da Produção, “[...] reflete antes a convicção de que é impossível entender a unidade de produção familiar sem que a lógica que preside seu

processo de escolha econômica tenha sido destrinchada” (ABRAMOVAY, 1998, p. 80). Esta é uma das principais teses da teoria defendida pelo intelectual abordado e, na verdade, o ponto de partida dos conceitos que vão ser construídos e defendidos até a sua prisão em 1930, efetuada pelo regime stalinista, então vigente na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

A coletivização forçada estava provocando grandes mudanças e conflitos entre os camponeses, forçando a saída de milhões de pessoas do campo para a cidade, sendo estas obrigadas a abandonar suas pequenas unidades de produção agrícola. Chayanov, juntamente com outros importantes pensadores da economia agrícola, sabia que neste processo o campesinato daquele país sofreria, como já estava sofrendo, grandes transformações e que, sem dúvida alguma, poderia até chegar à extinção.

Uma das estratégias usada por Chayanov baseava-se no incentivo à formação de cooperativas que pudessem servir, entre outras coisas, como um fator de resistência, principalmente ao elevar a capacidade produtiva dos agricultores, estimulando sua modernização potencial. Diferentemente do que pregava Kautsky, o autor em questão não acreditava que este processo de cooperativização, entre os camponeses, pudesse levar mais rapidamente ao sistema capitalista, mas sim a permanência da pequena unidade agrícola enquanto elemento diferenciado e, possível de continuar existindo no modo de produção socialista.

Abramovay (1998, p. 60) afirma que a “lei básica da existência camponesa” para Chayanov, pode ser expressa por uma relação de equilíbrio entre trabalho e consumo, o que está de acordo com o que este segundo autor escreve em sua obra mais importante:

La medida de la autoexploración depende en mayor grado del peso que ejercen sobre el trabajador las necesidades de consumo de su familia. La influencia de las necesidades de consumo se ejerce en este caso con tanta fuerza que en una serie de zonas el trabajador, bajo la presión de crecientes necesidades de consumo, desarrolla su producción en estricta concordancia

con el número creciente de consumidores. El volumen de la actividad de la familia depende totalmente del número de consumidores y de ninguna manera del número de trabajadores (CHAYANOV, 1974, p. 81).

Chayanov (1981, p. 136) afirmava que em uma “economia natural”, o principal fator de mobilização é a necessidade de satisfazer determinados níveis de consumo demandados pelas famílias. Assim, para cada uma das necessidades destas unidades de produção e consumo é preciso ser definida uma ação correspondente, ou seja, “para cada necessidade familiar é necessário prover, em cada unidade econômica, o produto *in natura* qualitativamente correspondente”.

Este autor dizia que na unidade econômica familiar, não assalariada, seria impossível aplicar o cálculo capitalista do lucro, pois ao não existir o elemento salário conseqüentemente não havia também o item lucro líquido. Neste tipo de empreendimento familiar o produto do trabalho seria dado pelo produto bruto (conseguido a partir da troca da produção de um ano de trabalho, no mercado), menos o dispêndio material necessário no transcurso desse ano.

Em relação às dificuldades enfrentadas pelas famílias tendo como motivo a falta de terra para que todos os componentes possam trabalhar, Chayanov (1974, p. 101) observa: “Vemos aqui que cuando la tierra es insuficiente y se convierte en un factor mínimo, el volumen de la actividad agrícola para todos los elementos de la unidad de explotación se reduce proporcionalmente, en grado variable pero inexorablemente”.

O problema acima apresentado pode ser resolvido de duas formas: a primeira destas é a partir da incrementação do rendimento dos camponeses por unidade de trabalho, possibilitando desta forma a compra ou arrendamento de uma nova parcela de terra; a segunda forma de se resolver esta questão indica que a família pode partir para o desenvolvimento de atividades rurais não agrícolas, como por exemplo: atividades comerciais e artesanais,

complementando assim a renda e garantindo as necessidades de consumo dos componentes da família.

Chayanov faz ainda um importante questionamento “É possível construir uma teoria econômica universal?” Ele mesmo responde afirmando que não, pois nenhuma teoria seria capaz de explicar todos os fenômenos que existem no mundo atual. Afirmando ainda que o futuro da teoria econômica reside na possibilidade de serem concebidos vários modelos diferenciados (sistemas teóricos) que possam dar conta tanto de formas contemporâneas quanto das experiências econômicas anteriores, tanto em relação a sua coexistência, quanto em relação a sua evolução (CHAYANOV, 1981, p. 163).

3 A CONCEPÇÃO DE REPRODUÇÃO ECONÔMICA INICIAL, IMPORTADA, E OS PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS

3.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A falta de uma referência local, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento de um modelo produtivo agroindustrial baseado na realidade do sul e sudeste do Pará, paradigma, na verdade, ausente na Amazônia como um todo, levou à implantação de uma proposta econômica no assentamento Palmares pouco adequada para aquela região, mostrando assim claramente a importância de ter sido feita, naquele momento, uma profunda reflexão no que diz respeito a que tipo de padrão adotar, o que não ocorreu.

O referencial das lideranças do referido assentamento, em relação à organização da produção, eram as experiências em andamento no Espírito Santo, Bahia, Ceará e, anteriormente, nos estados do Sul do Brasil, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul (MORISSAWA, 2001, p. 147). Desta forma, os encaminhamentos tomados foram pautados, na maioria das vezes, pelos aspectos presentes naquelas distintas realidades, como indicado.

Brito Filho (2004, p. 76), ao comentar a situação verificada em Palmares e a influência das outras experiências nacionais, faz a seguinte observação:

Essa política, apesar de ser orientada para os seis estados, acaba influenciando outros assentamentos de outros estados, com estágios de desenvolvimento diferenciado dos mesmos. Caso exemplar é o do assentamento Palmares, que ao definir primeiro tratar das infra-estruturas, é influenciado pela palavra de ordem que exalta a necessidade da produção e define com recursos de crédito, investir em instalações de máquinas beneficiadoras e de agroindústrias de grande porte, antes mesmo de conhecer a capacidade de produção e da definição do que as famílias iriam produzir nos seus lotes.

Não se avalia necessário aqui desenvolver profundas considerações sobre as distinções entre as regiões Sul e norte do Brasil. Porém, estas diferenças tornam-se ainda mais gritantes em algumas situações, sendo o caso das regiões Sul e Sudeste do Pará um ótimo exemplo da questão aqui apresentada. Estas regiões, como é sabido, carecem de algumas das mais

precípua infra-estruturas para que seja garantido um verdadeiro processo de desenvolvimento agropecuário familiar ou camponês. Não sendo este o único caso, é claro, mas com toda a certeza um dos mais explícitos.

Os investimentos em infra-estrutura produtiva no assentamento Palmares, como: aquisição de uma usina beneficiadora de arroz com empacotadeira, uma fábrica de laticínios, uma fábrica de farinha, uma fábrica de ração, além do investimento em grandes projetos de bovinocultura, suinocultura, avicultura e piscicultura, não reverberaram da forma como os assentados e suas lideranças imaginaram e desejaram. Neste caso, a importação de uma concepção de reprodução econômica é um dos elementos principais no que diz respeito às avaliações consideradas. Porém, apesar deste ser um dos sustentáculos das afirmações, de forma nenhuma pode ser identificado como o único fator. Assim, vários outros elementos são partícipes desta situação, senão no todo, mas influenciando certamente em parte.

3.2 OS PRINCIPAIS PROBLEMAS APRESENTADOS PELOS ASSENTADOS

Com a intenção de responder a esta questão, foram entrevistados os 38 coordenadores dos núcleos de produção em funcionamento no assentamento. Na ausência destes coordenadores, foram entrevistados os ex-coordenadores e, caso nenhum dos anteriores fossem localizados, abordava-se um dos componentes, representativo para o núcleo. Desta forma, a pesquisa apresentou alguns elementos que auxiliam na compreensão dos principais motivos que levaram aos problemas verificados no modelo de produção naquele momento implantado, baseado nas grandes estruturas, como as agroindústrias e, nos grandes projetos, fatores anteriormente observados.

A grande maioria das pessoas abordadas referiu-se à **falta de conhecimentos administrativos** como a principal causa dos problemas identificados, com 42,11% dos motivos relatados. Isto quer dizer que 16 dos 38 coordenadores, ex-coordenadores ou

membros de núcleo entrevistados citaram este fator como relevante. Esta questão está relacionada à capacidade dos assentados em gerenciar as suas estruturas organizacionais, entre elas a própria associação (Aprocar) enquanto entidade legal, encaminhando questões relacionadas à administração financeira, de recursos materiais e humanos, questões referentes aos aspectos burocráticos e tributários, à comercialização dos produtos, entre outros, assim como as suas próprias estruturas informais, como o funcionamento dos núcleos de família. Na terceira parte deste capítulo este elemento será aprofundado.

O problema logo a seguir citado foi a **falta de formação e conhecimento técnico para desenvolver as atividades**, com 28,95% de todos os motivos observados. Neste caso, das 38 pessoas entrevistadas, 11 apontaram esta questão como uma das mais relevantes e que certamente deveriam ser consideradas e, principalmente, avaliadas no desenvolvimento da pesquisa em curso.

Ainda relacionado a este item, verifica-se que, em alguns casos, faltou inclusive experiência prática em relação às atividades. Desta forma, independentemente do apoio técnico, o fato de muitos assentados nunca ter trabalhado, por exemplo, com criação de porco, peixe ou frango, fez com que algumas medidas equivocadas fossem tomadas, além de outras, simples, não terem sido contempladas, o que não ocorreria se estas pessoas já tivessem uma mínima experiência prática com este tipo de ação.

Havia ainda uma certa dificuldade e mesmo desconhecimento em como trabalhar no sistema coletivo. Esta situação indica a novidade em tal procedimento. Na verdade, pouquíssimos agricultores e agricultoras assentados já haviam experimentado uma forma de trabalho coletivo, nos moldes que o MST procura trabalhar. Quando muito estas famílias praticavam, em suas regiões de origem, formas de cooperação como o mutirão ou a troca de trabalho, onde uma família trabalhava no lote da outra e, posteriormente, a que recebeu a ajuda fazia a reposição de trabalho na terra da família que havia lhe ajudado. Esta questão será

aprofundada no Capítulo 5 deste trabalho, quando se tratará do conflito entre a produção coletiva e a reprodução econômica individualizada.

Seria importante ter ocorrido também uma maior fiscalização em relação à aplicação dos recursos por parte do Governo Federal, através de suas instituições, bem como por parte do MST nacional, avaliam alguns assentados, ainda referindo-se à falta de formação e conhecimentos técnicos. Para algumas pessoas, seria necessário que os recursos tivessem um melhor acompanhamento de sua utilização, no decorrer desta. Avaliam que tanto o Governo Federal, quanto a direção nacional do MST, falharam ao não dar a atenção que a situação exigia, em relação ao aspecto abordado. Verifica-se que esta idéia de controle deve-se muito mais a uma preocupação com o uso tecnicamente correto dos recursos do que a uma possível apropriação indevida dos mesmos. Sendo então uma precaução no sentido de que fosse garantida uma melhor aplicação destes.

Faltou também, segundo a ótica de alguns assentados, técnicos mais capacitados para que o empreendimento fosse bem sucedido, afirmando estes que os técnicos disponíveis não estavam totalmente preparados para orientar os agricultores, pelo menos não nas necessidades que agora estes passavam a ter, a partir das grandes estruturas, tanto em relação aos maquinários quanto no que se refere aos projetos desenvolvidos, em proporções muito maiores a que todos estavam acostumados.

A falta dessa melhor qualificação, principalmente por parte dos agentes que deveriam ajudar os demais assentados a implementar suas atividades de forma correta, não pode ser responsabilizada apenas aos técnicos agrícolas, ou até mesmo aos agrônomos disponíveis naquele momento, pois não houve nenhuma preparação específica (técnica) para essa nova etapa, tanto em relação aos meios, quanto em relação à forma de produção. Entende-se que o melhor caminho, naquele momento, seria o apoio, mesmo que temporário, de uma equipe que

já estivesse acostumada a trabalhar com estas estruturas agrícolas e pecuárias, além dos projetos de piscicultura e suinocultura que estavam sendo implementados.

Foi observado por parte destes entrevistados a questão referente ao acompanhamento técnico por parte do governo, sendo este ponto semelhante ao citado em relação à necessidade de um acompanhamento dos recursos financeiros, reforçando a preocupação com os procedimentos que deveriam ser executados, especificamente em relação ao processo produtivo.

Como no projeto de captação de recursos, elaborado pela associação, estava indicado que a assistência técnica seria de responsabilidade da Aprocar¹, não houve por parte da instituição financiadora uma preocupação com esta questão e, nem por parte de nenhuma outra instituição federal vinculada. Desta forma, devido à associação do assentamento ter tido dificuldades em ampliar a quantidade de técnicos disponíveis, vários problemas passaram a ocorrer, sendo estes realmente determinantes.

Complementando este último conjunto de motivos explicitados, composto pelos argumentos que se referiam à necessidade de uma maior qualificação técnica e um acompanhamento mais incisivo por parte do governo, verificou-se que faltaram mais técnicos para ajudar nos projetos, ressaltando agora um aspecto quantitativo e não mais “apenas” qualitativo como as questões anteriores, prioritariamente, vinham indicando.

Durante o período de implantação e desenvolvimento dos “grandes” projetos coletivos, bem como em praticamente todo o tempo de existência do assentamento Palmares, a associação somente teve possibilidade de disponibilizar entre dois e três técnicos agrícolas ou agrônomos com nível superior para atender a toda a área do assentamento. Esta quantidade, logicamente, era insuficiente para acompanhar as 409 famílias, divididas em 51

¹ O Projeto Consorciado de Investimento e Custeio safra 99/2000, elaborado pela Associação de Produção e Comercialização dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Palmares (Aprocar), no que se refere à assistência técnica, indicava o seguinte: “Será prestada por uma equipe de profissionais vinculada à Aprocar a qual deverá ser mantida com recursos do programa Pronaf até que o Assentamento seja atendido pelo Projeto Lumiar”.

núcleos, que estavam sendo diretamente beneficiadas pelos recursos auferidos naquele momento.

O levantamento feito no assentamento, junto aos responsáveis pelas famílias de trabalhadores rurais, indicou que 67,62% dos entrevistados, o equivalente a 71 das 105 famílias abordadas, afirmaram nunca ter recebido assistência técnica durante o período em que estão em Palmares. Aqui vale salientar que praticamente todos os responsáveis pelas famílias entrevistados estão no assentamento desde a ocupação da terra.

Informam ainda que apenas por ocasião da elaboração dos projetos de captação de recursos é que os técnicos da associação visitam os lotes (cujos titulares afirmaram não receber acompanhamento técnico), porém dizem que somente são visitados aqueles que vão fazer parte do projeto, isto para verificar se a descrição, no que diz respeito à situação do lote, feita pelo assentado, corresponde realmente a realidade, garantindo assim a viabilidade do investimento pleiteado ao banco.

As demais famílias entrevistadas, correspondentes a 32,38%, ou seja, 34 das 105 famílias, afirmaram ter recebido, em média, de 01 a 06 orientações técnicas, isto considerando todo o período em que estão no assentamento. Algumas afirmaram, porém, nunca ter recebido assistência técnica no lote, mas tiram suas dúvidas quando vão à Aprocar ou quando ocasionalmente encontram algum de seus técnicos .

Entre os entrevistados, 13,16% (05 pessoas) afirmaram que **faltou compromisso e dedicação por parte dos assentados**. Porém, para compreender claramente esta questão é interessante primeiramente entender o que significa o termo: falta de unidade entre os trabalhadores, observado pelos assentados. Assim, avalia-se que esta afirmação tem um profundo caráter político, sendo esta “unidade” representada por ações de confiança e reciprocidade, respeito e consideração, entre todas as pessoas que fazem parte do mesmo

espaço comum. A unidade seria então a possibilidade do desenvolvimento de um labor coletivo, pautado necessária e evidentemente por objetivos únicos.

A não existência desta unidade, enquanto ação, explicita conseqüentemente a ausência dos valores e compromissos pontuados, os quais poderiam dar suporte para o desenvolvimento do que pode ser chamado de forças produtivas e relações sociais de produção solidárias², onde homens e mulheres construiriam relações, equipamentos e instrumentos unicamente a partir dos interesses e das necessidades coletivas. Como a etapa vigente não representa a etapa socioeconômica aqui teorizada, a relação quase imediata da falta de unidade entre os trabalhadores é a falta de compromisso e dedicação por parte dos assentados, não importando, neste momento, o que se manifesta primeiro.

Não existindo compromisso e, nem tampouco dedicação, a resultante será evidentemente a não realização das tarefas coletivas pensadas e acordadas pelas pessoas que deveriam assumi-las. Aqui é importante compreender que as responsabilidades deveriam, a todo momento, ser compartilhadas, nunca centralizadas. É justamente esta falta de compromisso com os trabalhos que seriam desenvolvidos, característica presente em uma grande quantidade dos componentes do assentamento, segundo alguns entrevistados, que levou a concentração de tarefas nas mãos de poucas pessoas. Porém, é necessário também afirmar que a compreensão política sobre a necessidade da implementação de um processo inovador no que diz respeito às relações sociais e de produção, apesar de restrito a um pequeno número de pessoas, ainda está presente na área do assentamento Palmares.

É justamente esta compreensão que vai fazer com que algumas pessoas, mesmo com uma série de limitações e dificuldades, tenham tentado garantir os trabalhos que precisavam ser desenvolvidos para que os investimentos pudessem ser bem sucedidos, resultando em que

² Parte-se do conceito marxista de forças produtivas, que seria o conjunto de força de trabalho humana, materiais de produção (equipamentos, ferramentas, etc.) e matéria-prima, sendo que a unidade entre estes elementos tende a criar condições para uma expansão cada vez maior da produção gerada. Sandroni (1994, p. 143) observa o seguinte: “Essa expansão opera modificações nas relações de produção e no modo de produção. Assim, a determinado nível de desenvolvimento das forças produtivas correspondem determinadas relações de produção”.

poucas pessoas fossem “obrigadas” a assumir muitas tarefas, segundo alguns agricultores, mostrando-se esta situação altamente prejudicial para o empreendimento como um todo.

Por outro lado, alguns assentados, coordenadores de núcleo de famílias, no total de 07,89% (03 assentados) avaliam que **faltou descentralizar mais o poder no assentamento**. Esta ponderação é dirigida especificamente a alguns dirigentes da Apropar, responsabilizados por terem, segundo os entrevistados em questão, deliberadamente centralizado informações e poderes de decisão, excluindo outros assentados, principalmente aqueles com os quais possuíam alguma divergência de caráter político.

Esta atitude acabava afastando também muitos outros componentes do assentamento das atividades produtivas coletivas, pois estes não ficavam satisfeitos e tampouco concordavam com a situação vigente, piorando ainda mais os problemas que já existiam. Agravando este fato, verificava-se que a não participação dos assentados nas atividades da associação acabava limitando mais ainda estas pessoas, impedindo que as mesmas compreendessem as ações que deveriam ser desenvolvidas, no que diz respeito à produção coletiva, tendo como resultado a fragilização desta proposta e o fortalecimento da concepção do trabalho individualizado.

Fazendo coro com esta afirmação, verificou-se a fala de que os dirigentes da associação não aceitavam as opiniões dos demais. A citação deste coordenador reforça, de certa maneira, a citação anterior, que se referia à concentração de poder. Afirmou-se também, ainda neste contexto, que havia falta de responsabilidade dos dirigentes, indicando-se inclusive a existência de apropriação de recursos financeiros por parte de alguns assentados ligados à associação. Aqui é importante dizer que estas afirmações foram minoritárias (02 casos), porém mostram claramente a falta de confiança que havia, ou que há, entre algumas pessoas que compõem a coordenação geral do assentamento Palmares, o que pode ter reflexo nas demais assentadas e assentados deste local.

A análise feita anteriormente, quando se tratou dos aspectos de unidade e compromisso, já indicava uma situação negativa em relação ao empreendimento, especialmente ao constatar-se a presença de posturas e atitudes adversas a estes princípios. Assim, a inclusão de elementos que indicam desconfiança, caracterizados pelas afirmações de falta de responsabilidade e apropriação dos recursos, complementa a avaliação em questão, indicando esta situação também como relevantes no que diz respeito aos problemas enfrentados naquele momento pelos agricultores.

Avançando um pouco mais nas considerações, vê-se que possivelmente ambos os pontos de vista dos assentados, tanto aquele que indica uma falta de apoio por parte dos trabalhadores, fazendo com que poucas pessoas tivessem que assumir muitas tarefas, quanto o que aponta uma centralização das atividades em um pequeno grupo, não devem ser desconsiderados. Diversas dificuldades, tanto em relação à compreensão no que se refere a novas relações sociais, quanto em relação ao desempenho técnico, estavam e estão presentes em todos os componentes do assentamento, assim como em todas as pessoas que hoje estão submetidas a superestrutura³ definida pelo sistema atualmente vigente.

A **falta de capital de giro**⁴ também foi um fator observado pelos entrevistados. Neste caso, 7,89% dos coordenadores ou membros de núcleo (03 pessoas) apontaram esta situação como cabal no que diz respeito aos resultados alcançados, sendo os projetos de bovinocultura leiteira, piscicultura, avicultura e suinocultura, os mais atingidos por esta falta de recursos imediatos ou em curto prazo.

³ Termo marxista que indica os elementos ideológicos de uma sociedade sejam estes ligados a política, filosofia, moral, ciência, entre outros. Compõe com a infra-estrutura os fatores que vão determinar os rumos concretos que as relações sociais e produtivas vão tomar. Alguns autores fazem uma leitura hierarquizando estes dois fatores, afirmando que a infra-estrutura, também chamada de base, vai determinar os caminhos da superestrutura. Porém, Allan Johnson (1997, p. 26) afirma o seguinte: “Marx argumentava que é impossível compreender inteiramente os aspectos superestruturais das sociedades sem levar em conta a respectiva base. Isto não implica dizer, no entanto, que a base causa ou determina a superestrutura de uma maneira direta, linear. A superestrutura é moldada por forças não econômicas e afeta também a base. Em suma, a relação entre base e superestrutura é simultaneamente complexa e recíproca”.

⁴ A compreensão de capital de giro, pontuada pelos entrevistados, está de acordo com o conceituado por Paulo Sandroni (1994, p. 41), qual seja: “Parte dos bens de uma empresa representados pelo estoque de produtos e pelo dinheiro disponível (imediatamente e a curto prazo). Também chamado de *capital circulante*”.

A indisponibilidade destes observados recursos pode ser compreendida, em resumo, como decorrência da própria falta de desenvolvimento das atividades produtivas que, ao não se realizarem, comprometem a circulação dos ativos financeiros. As conseqüências desta situação são muitas, podendo-se afirmar que praticamente todas são identificadas quando se analisa a situação do assentamento Palmares no período em estudo.

Um dos efeitos verificados pode ser, por exemplo, a falta de recursos para a compra de ração em quantidade e qualidade para aves e peixes, causando uma grave reação em cadeia e impossibilitando concretamente, principalmente a médio e longo prazo, o desenvolvimento de outras atividades, seja no contexto da gestão administrativa ou da gestão comercial, levando à inviabilização do empreendimento.

A falta de capital de giro também pode impedir a simples aquisição de ferramentas de trabalho, sendo os agricultores obrigados a retirar recursos que deveriam ser destinados a investimentos ou aquisição de outros bens de consumo, para satisfazer esta necessidade. Este exemplo é comum no assentamento em questão, os levantamentos mostram que 44,76% das 105 (cento e cinco) famílias entrevistadas, através de seus responsáveis, afirmam possuir no ano da pesquisa (2004) pelo menos uma ferramenta de trabalho (machado, foice, enxada, facão, pá, cavador, enxadeco, alavanca, terçado, carrinho de mão, ancinho, etc.) adquirida com recursos que deveriam ser utilizados em investimentos ou compra de outros bens diferentes de ferramentas e utensílios de trabalho, contra 55,24% que afirmaram somente possuir ferramentas adquiridas com recursos próprios.

Situação semelhante e, da mesma forma, presente no assentamento, verifica-se em relação à falta de condições para adquirir vacinas e remédios para os animais, fato que fica mais grave quando são considerados os problemas que surgem sem que haja a possibilidade de previsão, ou seja, aqueles acontecimentos que se posicionam independentemente do ciclo normal de vacinações, situação não tão incomum no meio rural, espaço fortemente

influenciado pela ação dos mais diversos microorganismos, muitos destes transmissores das mais variadas endemias.

O capital circulante também poderia ser utilizado, caso existisse, na aquisição de peças e serviços destinados a recuperar a frota de veículos do PA Palmares, que hoje se encontra bastante reduzida, com vários tratores e caminhões quebrados e, conseqüentemente parados, estando ainda alguns outros funcionando precariamente, necessitando de serviços mecânicos e troca ou compra de novas unidades de reposição para poder funcionar normalmente. Além de haver uma grande dificuldade em relação à compra de óleo diesel para atender as máquinas e equipamentos do assentamento.



Figura 3 - Alguns veículos danificados pertencentes a Palmares

Foto: Dion Monteiro, 2004

Foi identificada, em consonância com o exposto anteriormente, a impossibilidade na recuperação de algumas estruturas como galinheiro, chiqueiro, curral e tanque de piscicultura, deteriorados, bem como a dificuldade na construção de outras instalações necessárias, mas que não estavam previstas nos projetos de captação de recursos anteriores, situações

limitadoras que poderiam ser superadas caso os referidos ativos financeiros estivessem disponibilizados.

A falta do capital de giro pode implicar em inúmeras outras dificuldades, além das questões anteriormente mencionadas, tanto no que diz respeito aos aspectos administrativos, quanto em relação à inviabilização dos aspectos inerentes ao processo produtivo. Assim, o assentamento Palmares é um exemplo destacado, pois todas estas situações foram teoricamente verificadas e empiricamente comprovadas no local.

Pode-se considerar também neste caso, mesmo que indiretamente relacionada à questão observada, a falta de energia elétrica para o funcionamento das grandes estruturas adquiridas. A energia elétrica foi instalada na agrovila no ano de 1998, porém não era suficiente para garantir o funcionamento dos equipamentos devido a todos necessitarem de uma maior intensidade desta, o que, segundo informações dos próprios assentados, não foi possível ser fornecida naquele momento.

Neste ponto pode-se verificar que nem mesmo os grupos geradores existentes conseguiram ser fator de resolução no que diz respeito às dificuldades quanto ao funcionamento eficaz das usinas e fábricas adquiridas. O principal motivo, desta feita, deveu-se à falta de condições para manter estes geradores em atividade, tanto por ausência de peças de reposição, quanto por falta de recursos financeiros para aquisição da grande quantidade de óleo diesel necessário para a ação destes equipamentos, o que vai ao encontro do ponto anteriormente citado, a ausência de capital circulante.

Os resultados da investigação mostraram que um outro fator agravado pela falta de capital de giro foi a falta de uma quantidade de matéria-prima que pudesse viabilizar economicamente o funcionamento das máquinas adquiridas. Assim, nem a usina de arroz, a fábrica de laticínios ou a fábrica de farinha, tiveram disponibilizado, respectivamente, o arroz,

o leite ou a mandioca, na quantidade que necessitavam para o desenvolvimento do processo produtivo a qual estavam destinadas.

Um bom exemplo em relação a esta situação é dado pela fábrica de laticínio. O projeto elaborado pela Cooperativa Mista dos Assentamentos de Reforma Agrária da Região Sul e Sudeste do Pará (Coomarsp), em março de 2000, indicou que a referida fábrica possuía uma capacidade produtiva/ano de aproximadamente 752.000 litros de leite, o que daria uma média, também aproximada, de 3.000 litros/dia para que fosse garantida a viabilidade econômica deste laticínio, conforme informam os técnicos da referida cooperativa. O levantamento da produção econômica, que será mais especificamente abordado no próximo capítulo desta pesquisa, apontou uma coleta média de 2.146 litros por dia no assentamento e, uma produção total atual estimada, considerando o consumido e o comercializado, de 633.070 litros/ano., ainda inferior à quantidade necessária/dia para que a fábrica possa garantir, com segurança, a sua viabilidade econômica.



Figura 4 - Alguns equipamentos pertencentes à fábrica de laticínios

Foto: Dion Monteiro, 2004

De fato, esta dificuldade em relação à ausência na disponibilidade de matéria-prima não é nenhuma novidade, uma vez que problemas semelhantes ocorreram em outros assentamentos que fazem parte daquela região. Como exemplo, verifica-se a situação do Assentamento Rio Branco, no município de Parauapebas, possuindo uma fábrica de farinha e uma máquina beneficiadora de arroz (SILVA, 2000, p. 37) e do Assentamento 17 de Abril, em Eldorado do Carajás. O primeiro antes vinculado ao MST e o segundo ainda hoje dirigido por este movimento.

Existe a mesma lógica nas três experiências. As estruturas existentes nestas áreas, ou seja, fábrica de farinha e usina de arroz (nos três assentamentos citados) e fábrica de laticínios (no PA Palmares e 17 de Abril) são praticamente idênticas entre si. Tendo sido verificado o mesmo problema de falta de matéria-prima para funcionamento destas máquinas, com diferentes intensidades é verdade, mas sempre dificultando, em algum momento, o desenvolvimento da produção econômica local.

É notório que muitos são os fatores que influenciam no item ora abordado, inclusive a falta de capital de giro para a aquisição da matéria-prima em falta, mas também os financiamentos fora do prazo ou inexistentes, a falta de estradas para o deslocamento da produção e do próprio veículo para transportá-la, os efeitos climáticos e naturais como a seca, o fogo, ou até mesmo o excesso de chuvas, causam perdas muitas vezes totais, ou quase totais às plantações, isto se referindo principalmente ao arroz e a mandioca. Quanto ao leite, apesar deste estar sujeito, teoricamente, a uma quantidade menor de elementos externos, influenciadores, existem situações que vão ser determinantes no que diz respeito à impossibilidade de atendimento das necessidades mínimas das estruturas de laticínios, levando a inviabilidade econômica destas fábricas. Assim, as possíveis doenças no gado leiteiro e a situação do transporte do produto, tanto em relação às vias quanto em relação aos

veículos, impossibilitam o fornecimento desta matéria-prima e conseqüentemente da atividade produtiva como um todo.

Corroborando o que foi anteriormente explicitado, verificou-se que a falta de apoio por parte do poder público municipal, ou seja, da Prefeitura de Parauapebas, que pouco contribuiu, segundo avaliações dos próprios assentados, no que se refere à infra-estrutura, como por exemplo, na abertura e melhoramento de estradas ou no incentivo ao fornecimento de energia elétrica para esta localidade, impactou negativamente a possibilidade de que houvesse um desenvolvimento local.

3.3 ALGUMAS ANÁLISES COMPLEMENTARES

O destaque dado para a falta de formação e conhecimentos técnicos e administrativos, aparecendo, somados, em 71,06% dos motivos apresentados como negativos, como já foi referido, mostra a compreensão que vários assentados têm em relação a esta questão. Desta forma, estas demandas foram consideradas por todos como uma das mais importantes, nesta nova etapa em que o assentamento se encontra. Porém, é importante que este processo de formação técnico-administrativo possua elementos diferenciadores dos tradicionalmente trabalhados, propiciando assim uma possibilidade de superação nas deformações vinculadas a posturas puramente economicistas, comum nos empreendimentos oriundos do modo de produção vigente (capitalista).

A contemplação destas necessidades pauta-se certamente no desenvolvimento de políticas específicas para a gestão de organizações cooperativas e associações de trabalhadores rurais, pouco ou nada desenvolvidas atualmente, seja por organizações do setor público ou mesmo pelas organizações sociais que assessoram técnica e politicamente as entidades dos agricultores.

O processo de formação e capacitação dos próprios assentados, neste contexto técnico-político, orientando-os no exercício de atividades como gerenciamento da infra-estrutura pertencente ao empreendimento (associação ou cooperativa), manutenção de veículos e equipamentos, administração de recursos financeiros e materiais, comercialização de produtos, entre outras atividades inerentes a estas organizações, pode, certamente, promover o desenvolvimento dos referidos empreendimentos e dos assentamentos a qual os mesmos estejam vinculados.

Aqui está presente um dos grandes problemas em relação à concepção de reprodução econômica inicialmente implantada, importada principalmente do sul do Brasil, como já foi afirmado no início deste capítulo. O desenvolvimento tecnológico e a quantidade de mão-de-obra qualificada naquela região dão conta destas necessidades, o que não é verdadeiro quando se considera a região Sudeste do Pará. Além, é claro, da necessidade de disponibilidade de uma infra-estrutura que não existe nesta região.

A seguir, com o intuito de facilitar a avaliação dos aspectos aqui apresentados, apresenta-se uma tabela sintética dos motivos explicitados pelos entrevistados, com os respectivos percentuais, referentes a cada um destes itens.

Tabela 1 — Principais motivos apresentados pelos representantes dos núcleos de famílias

MOTIVO PRINCIPAL	%
Falta de conhecimentos administrativos	42,11
Falta de formação e conhecimentos técnicos para desenvolver as atividades	28,95
Falta de compromisso e dedicação por parte dos assentados	13,16
Faltou descentralizar mais o poder no assentamento	07,89
Faltou capital de giro	07,89

Fonte: Elaborada a partir dos dados da pesquisa.

4 A ATUAL ESTRUTURA DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO, CONCEPÇÕES E ALGUNS RESULTADOS VERIFICADOS

4.1 A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MST

Para compreender o modelo de organização da produção e, inclusive social, dos assentamentos originados a partir das ações do MST, especificamente dos que continuam ligados a este movimento, é necessário conhecer a estrutura organizacional formal interna dos Sem Terra. Assim, verifica-se que a mesma se configura através de entidades e organismos que assumem responsabilidades na implementação das formas de organização econômica e social entre seus membros, sendo estes organismos os seguintes: Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab), Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA), Associação Estadual de Cooperação Agrícola (Aesca), Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), além de várias outras estruturas específicas de cada região do país. A seguir serão identificadas algumas destas estruturas.

A Concrab foi fundada em 15 de maio de 1992 e, segundo o MST, tem a função de “articular as demandas e as potencialidades regionais otimizando esforços e recursos em vistas do desenvolvimento socioeconômico das famílias assentadas” (MST, 2003a).

Esta confederação congrega grupos coletivos, que se organizam em cooperativas de crédito, de produção agropecuária e de prestação de serviços, associações, etc., procurando definir ações mais eficazes, considerando um amplo processo relacionado à cadeia produtiva, bem como ao beneficiamento e a comercialização dos produtos cultivados nos assentamentos e ainda a assistência técnica.

A Concrab está ligada ao Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), que corresponde ao setor de produção e comercialização do movimento. Assim:

O SCA cuida dos assuntos da produção, da comercialização, da tecnologia, da agroindústria, do crédito rural e da organização de base nos assentamentos. Estimulando as diferentes formas de cooperação, integrando os assentados familiares, seja na cooperação ao nível da produção, ou da

comercialização, ou ainda, na obtenção de crédito ou de melhorias infra-estruturais (MST, 2003a).

O referido sistema é regulamentado por princípios que norteiam todas as ações das cooperativas, bem como das pessoas ligadas a estas, sendo esses os seguintes: (01) Princípio da gestão democrática; (02) Neutralidade religiosa, racial e partidária; (03) Mais uma ferramenta de luta da classe trabalhadora contra o capitalismo; (04) Distribuição de sobras; (05) Direção coletiva; (06) Organização da base social via núcleos e (07) Massificação da cooperação entre os assentados (MST, 2003b).

A Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA) responde juridicamente pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, tendo como principais objetivos o apoio e o estímulo ao desenvolvimento da organização social do movimento, desenvolvimento agrícola, educação, saúde, cultura, direitos sociais e humanos, entre outras atividades. Atua apoiando também experiências agroecológicas nos assentamentos dos agricultores, bem como procurando servir de instrumento capaz de fornecer condições reais de desenvolvimento cultural, buscando propiciar elementos para a elevação da informação e conhecimento dos assentados. Garante ainda assessoria jurídica no caso de violência contra trabalhadores rurais.

A Associação Estadual de Cooperação Agrícola (AESCA) foi fundada em 10 de agosto de 1997 e, atua junto a pequenos agricultores e organizações ligadas aos projetos de reforma agrária, tendo como principal objetivo alcançar o desenvolvimento agrícola e comunitário, bem como tecnológico, além do progresso econômico e social nas comunidades atendidas.

Como forma de contribuir com a incrementação do processo produtivo foi criada a Associação de Produção e Comercialização dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Palmares (Aprocpar), tendo como principal objetivo a discussão sobre o planejamento da produção e o desenvolvimento de formas alternativas de trabalhar a terra. Sua coordenação é

composta pelos seus membros diretores em conjunto com os coordenadores dos núcleos de família ou de produção do assentamento (APROCPAR, 2002).



Figura 5 – Sede da Aprocpa

Foto: Dion Monteiro, 2004

A assistência técnica, que deve ser prestada ao assentamento, fica sob responsabilidade da Coomarsp, além da implementação de todo o processo de comercialização da produção dos assentamentos existentes na área de abrangência desta cooperativa. Atualmente verifica-se que esta entidade está atuando principalmente no Sudeste do Pará, isto se deve à existência de um maior número de assentamentos, ligados ao MST, nesta região. Observa-se, porém, que seu desempenho tem sido pouco sentido em Palmares, principalmente no que se refere ao acompanhamento técnico.

Estas informações, em relação à estrutura de organização do MST, no que diz respeito aos seus órgãos representativos, é fundamental para o entendimento tanto das tarefas que devem ser realizadas, pensadas pelo movimento, quanto para saber de quem é a responsabilidade em cada uma das ações implementadas, isto no que se refere à representação

legal, coordenação política, gerenciamento das atividades econômicas, assistência técnica e demais atos que devem ser executados.

4.2 UM BREVE HISTÓRICO DA CONCEPÇÃO DE COOPERAÇÃO NO MST

O Projeto de Assentamento Palmares, por ser dirigido politicamente pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, tenta implementar uma concepção, em relação à organização da produção, com uma proposta diferenciada das demais experiências de assentamentos de trabalhadores rurais não ligados a esta organização. Desta forma, algumas características são peculiares ao referido assentamento (apesar de não serem exclusividade deste) e seus fundamentos, os mesmos do movimento em questão, precisam ser compreendidos, isto antes de serem apresentados alguns resultados em relação ao nível de produção observado.

Referendando o explicitado, verifica-se que o processo produtivo em organizações como o MST, como já se sabe, não está apartado dos aspectos sociais e políticos, pois há uma clara compreensão de que o aspecto econômico precisa estar inserido em um processo mais amplo de transformação social. Assim, torna-se necessário pensar esta temática implicitamente relacionada a diversos outros elementos. Porém, esta compreensão nem sempre esteve clara, nem mesmo para o próprio MST.

No primeiro capítulo deste trabalho foi apresentado o processo histórico do assentamento, isto no que concerne a ocupação de Palmares, o momento de resistência e, posteriormente, de estruturação. Neste quarto capítulo será apresentado um breve histórico sobre o desenvolvimento e a formatação da concepção de cooperação no Movimento dos Sem Terra, fator determinante no que se refere ao atual estágio da organização da produção no assentamento Palmares.

O suporte para esta apresentação será um dos produtos da pesquisa realizada pela Concrab, no ano de 1999, intitulada: “Pesquisa sobre a política de cooperação e os assentamentos do MST”, publicada no Caderno de Cooperação Agrícola nº 08. Esta pesquisa traçou a trajetória da compreensão do MST em relação à política de cooperação durante 10 anos, ou seja, de 1989 até 1999.

Os estudos indicam que, do período que vai da fundação do MST (1984) até o ano de 1985, influenciados pela doutrina da “Teologia da Libertação”, a compreensão dos militantes e dirigentes desta organização era no sentido de constituir grandes grupos coletivos, desenvolver trabalhos na forma de mutirão e criar associações que pudessem dar suporte às ações de luta pela terra. Esta diretriz ideológica era compreensível, pois, sabe-se, durante muito tempo, que a única entidade que possuiu autorização legal por parte da ditadura militar para atuar foi a igreja. Assim, todos os militantes das organizações populares e quase todos das políticas-partidárias, homens e mulheres, recorriam a esta instituição para desenvolver suas ações contestatórias, clandestinas ou não.

No período de 1985 a 1989, principalmente como reflexo das orientações e experiências concretas vivenciadas até aquele momento, ocorre um incremento, quantitativo e qualitativo, nas associações dirigidas pelo MST nos assentamentos. Outro fator que impulsionou a elevação deste número de associações foi o direcionamento das políticas públicas naquele período, principalmente por parte da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), a partir de suas sedes estaduais.

Porém, explicita a pesquisa da Concrab, os problemas verificados apontam, ainda no início de 1989, que esta forma de associativismo possuía muitas limitações, indicando que o MST precisava avançar nas suas discussões e, ações, em relação à política de cooperação nos assentamentos. Com a eleição de Fernando Collor de Melo à presidência da República acirraram-se os enfrentamentos com o Governo Federal, levando a necessidade de que se

tomassem novas medidas. Assim, foram criados os Núcleos de Base (forma de organização socioeconômica dentro do assentamento) e as Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPA).

A conjuntura política presente naquele momento leva os Sem Terra a prepararem o que chamaram de “Plano Nacional do MST”, para um período de 05 anos, indo de 1989 a 1993, quando é definida a criação do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), bem como suas linhas políticas. Estas linhas políticas são muito importantes, pois vão ajudar a compreender alguns encaminhamentos dados pelo MST nos anos seguintes. Desta forma, serão avaliadas abaixo algumas destas.

As avaliações da Concrab apontam 13 principais linhas políticas que direcionaram o SCA, naquele momento, sendo algumas destas:

Desenvolver e estimular as formas de cooperação agrícola nos assentamentos, como única forma de aumentar as potencialidades de produção e produtividade [...]; Desenvolver, através da cooperação agrícola, a apropriação da tecnologia disponível, estimulando a mecanização de todas as atividades possíveis e aumentando a escala de produção, de forma adequada à realidade socioeconômica e de recursos naturais do assentamento; Garantir que as centrais de comercialização para compra e venda de produtos de necessidade dos assentamentos, sejam implantados em maior escala possível, para poder competir no mercado; Trabalhar na perspectiva de, nos próximos anos, ter uma empresa nacional para as atividades de comercialização; Estimular, através da cooperação agrícola, a implantação de agroindústrias nos assentamentos para aproveitar nossos produtos e matérias-primas ou recursos naturais disponíveis; Estimular o intercâmbio nacional no campo da cooperação agrícola e troca de experiências (CONCRAB, 1999, p. 07).

Já neste período, início dos anos 90 do século XX, é possível verificar a preocupação que o Movimento dos Sem Terra passa a ter com o desenvolvimento de suas estruturas econômicas (cooperativas e associações), procurando construir um conjunto de políticas internas que propiciassem um incremento nas atividades das mesmas, envolvendo todos os assentados na criação das necessárias condições materiais e infra-estruturais.

Esta situação vai levar em 1991 a uma compreensão, específica de alguns dirigentes, de como se daria o desenvolvimento econômico a partir das estruturas citadas, sendo este

entendimento mais ou menos o seguinte: (01) primeiramente seria necessário avançar drasticamente na produção, deixando esta de ser apenas para subsistência dos assentados e passando a gerar excedentes, ou seja, mercadorias; (02) depois, seria necessário passar da produção de mercadorias indo para a acumulação de capital; (03) e, finalmente, o capital acumulado deveria ser investido prioritariamente em produtos agroindustriais (CONCRAB, 1999, p. 11).

Os anos seguintes vão ser pautados por um permanente processo de tensão e conflito entre os aspectos econômicos e políticos, no que se refere ao papel das cooperativas e, até mesmo das estruturas de organização interna denominadas núcleos de base, passando estes a ser, inclusive, confundidos com núcleos de produção. Os documentos elaborados neste período apresentavam uma grande quantidade de compreensões diferenciadas, mas em vários se podia verificar uma percepção que identificava o processo de cooperação inexoravelmente ligado à cooperativa, enquanto estrutura de produção (CARVALHO 1999, p. 30).

4.3 ALGUNS RESULTADOS

É no contexto apresentado anteriormente que o assentamento Palmares vai organizar e estruturar a sua produção econômica, isto ainda na fase de ocupação da terra (1994), passando, desta forma, por todo o período de conflitos que a organização dos Sem Terra vivia naquele momento. Na verdade, a situação dos membros dirigentes e assentados de Palmares era muito mais difícil, pois, além da distância dos centros de decisão e da falta de conhecimentos técnicos e administrativos, fatores apontados pelos próprios assentados entrevistados (Capítulo 3), havia ainda uma grande pressão por parte dos governos federal, estadual e municipal, além da coação dos fazendeiros da região, descontentes com a situação.

Como é comum nas ocupações realizadas pelo MST, as primeiras estruturas de organização da produção, entre outras funções, implementadas ainda no acampamento, foram

os grupos de famílias. Estes grupos caracterizavam-se por serem constituídos por uma grande quantidade de componentes, geralmente entre 50 e 60 famílias integrantes, com um coordenador que ficava responsável por administrar as ações coletivas e fazer a ligação entre os acampados e a coordenação geral da área ocupada.

Neste tipo de estrutura todos trabalham de forma coletiva, seja roçando a terra, brocando, fazendo a coivara, capinando, ou cuidando da segurança, saúde e educação no acampamento. Aqui, a área ainda não está dividida, individualizada, facilitando uma maior integração entre os acampados, que compreendem ser necessário, naquele momento, garantir uma forte unidade em direção à conquista da terra.

Posteriormente, já na fase de assentamento, os trabalhadores foram reunidos em núcleos de família ou núcleos de produção, estruturas menores que variam geralmente de 05 a 15 famílias componentes, sendo estes núcleos ligados diretamente a Aprocar. O projeto apresentado ao Banco do Brasil, em 1999, para captação de recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), indicou a existência de 52 núcleos de produção no assentamento Palmares (APROCPAR, 1999).

A pesquisa realizada nos meses de junho e julho de 2004 apontou a existência de 42 núcleos de produção ou família. Este número foi identificado a partir do Pronaf A/C Custeio Especial - Safra 2003/2004 (PRONAF, 2003), porém, 04 destes núcleos não estavam em funcionamento, conforme verificado nas entrevistas realizadas com coordenadores, ex-coordenadores ou componentes dos núcleos de família, sendo estes os seguintes: Núcleo Liberal, Vitória III, Estrela Vermelha e Liberdade. Restando, desta forma, 38 núcleos ativos, apesar de muitos estarem desenvolvendo suas atividades, enquanto organismos coletivos, precariamente.

A seguir serão relacionados os núcleos de produção que foram encontrados com alguma atividade naquele momento, apontando os componentes entrevistados e a situação de cada um destes dentro do núcleo:

Tabela 2 - Relação dos núcleos atualmente em funcionamento

NÚCLEO	ENTREVISTADO(A)	SITUAÇÃO
Almirante	Raimundo Barbosa da Silva (Samuel)	Coordenador do núcleo
Alternativa	Luzia Maria da Silva Soares (Sônia)	Ex-coordenadora do núcleo
Barra do Dia	Francisco dos Santos (Chico da Tereza)	Coordenador do núcleo
Boa Vista	Edson Soares de Souza	Coordenador do núcleo
Bom Jesus	José Ribamar de Souza (Macaúba)	Coordenador do núcleo
Cachoeira	José Praça Fontinele (Zé Praça)	Coordenador do núcleo
Central	Pedro Belo dos Santos	Coordenador do núcleo
Chico Mendes I	Mariozam Gomes Araújo	Coordenador do núcleo
Chico Mendes II	Aristel Vitor da Silva	Coordenador do núcleo
Comando da Terra	João Damasceno da Conceição	Coordenador do núcleo
Estrela Dalva	Raimundo Alves de Souza (Curica)	Coordenador do núcleo
Estrela do Oriente	Gleide Nunes de Moraes	Coordenador do núcleo
Felicidade	Joaquim Pereira Barros	Coordenador do núcleo
Filhos da Terra	Domingos David Martins (Domingos)	Coordenador do núcleo
Força da Mata	Antonio Barbosa Santana (Antonio da Nina)	Coordenador do núcleo
Força da Terra	José Domingos Bezerra Costa (Azevedo)	Coordenador do núcleo
Fruto da Terra	Raimundo Nonato Mendes (Baianinho)	Coordenador do núcleo
Gino Coletivo	Luis Carlos de Oliveira Campos	Coordenador do núcleo
Jerusalém	Bento Mário Bandeira da Silva	Coordenador do núcleo
Livre para Vencer	Natanael Freitas (Natan)	Coordenador do núcleo
Nossa Luta	Divino Martins Chaves (Divino)	Coordenador do núcleo
Nova Canaã	Raimundo Pereira Galvão	Componente do núcleo
Nova Vida	Orismildo Felix da Silva (Bombardão)	Coordenador do núcleo
Novo Progresso	Edimar Moreira Silva (Poeta)	Coordenador do núcleo
Oziel Pereira	Graciano Costa Silva (Neguinho Baleado)	Coordenador do núcleo
Palmares	José Máximo de Lima	Coordenador do núcleo
Palmeiral	Raimundo Vieira da Silva (Raimundão)	Coordenador do núcleo
Pantanal	Luis Barbosa do Nascimento (Real)	Coordenador do núcleo
São Sebastião	Nascimento de Melo	Coordenador do núcleo
Sol Nascente	João Fernandes de Oliveira (Tiririca)	Coordenador do núcleo
Terra Viva	Joaquim Ribeiro dos Santos	Coordenador do núcleo
União	José Dalvino Brito (Cabecinha)	Coordenador do núcleo
União da Fé	Francisco Ferreira da Silva (Chico Coordenador)	Coordenador do núcleo
União do Brasil I	Valdivino da Cruz	Ex-coordenador do núcleo
União do Brasil II	Antonio de Jesus Alves Pereira (Índio)	Coordenador do núcleo
União do Trabalho	Milton Alves Teixeira (Irmão Milton)	Componente do núcleo
Vitória I	José Wilson Batista (Wilson)	Coordenador do núcleo
Vitória II	Maria Alvina de Castro Santos	Coordenadora do núcleo

Fonte: Elaborada a partir dos dados da pesquisa.

As pessoas entrevistadas, representantes dos núcleos: Alternativa, Nova Canaã, União do Trabalho e União do Brasil I informaram que seus respectivos núcleos encontram-se atualmente sem coordenador e, desta forma, funcionando muito precariamente. Todos afirmaram ser necessário definir um coordenador para estes núcleos de produção, urgentemente.

A atual pesquisa também apresenta como resultado o seguinte: segundo os representantes dos núcleos de famílias entrevistados, 346 famílias estão vinculadas a algum dos núcleos existentes no assentamento. Como oficialmente o assentamento é composto por 517 famílias, isto quer dizer que 171, o que corresponde a 33,08% das famílias existentes em Palmares, estão atualmente fora destas estruturas básicas do MST, enquanto que 66,92% das famílias assentadas são consideradas ligadas a um dos núcleos pelos seus coordenadores. Possivelmente algumas das famílias atualmente desvinculadas destes núcleos faziam parte daqueles que deixaram de funcionar.

Estes números indicam que a atual estrutura organizativa do assentamento, em relação à produção, encontra-se deficitária, pois, ao não participar das estruturas que garantem a discussão e decisão coletiva, ou seja, da reunião de coordenação, através de seus coordenadores, estas famílias ficam excluídas das informações sobre a gestão econômica (créditos, prazos de financiamentos, projetos agrícolas, assistência técnica, etc.) e, o que é pior, ficam excluídas de todos os debates que possam indicar outras ações importantes para o PA Palmares.

A seguir será apresentada a relação entre os núcleos atualmente em funcionamento e a quantidade de famílias que fazem parte de cada um destes, segundo os coordenadores, ex-coordenadores ou componentes dos núcleos entrevistados.

Tabela 3 – Número de famílias por núcleo de produção

NÚCLEO	Nº DE FAMÍLIAS INFORMADO
Almirante	25
Alternativa	09
Barra do Dia	06
Boa Vista	10
Bom Jesus	05
Cachoeira	04
Central	05
Chico Mendes I	05
Chico Mendes II	11
Comando da Terra	10
Estrela Dalva	05
Estrela do Oriente	08
Felicidade	11
Filhos da Terra	05
Força da Mata	10
Força da Terra	06
Fruto da Terra	12
Gino Coletivo	07
Jerusalém	07
Livre para Vencer	04
Nossa Luta	14
Nova Canaã	05
Nova Vida	14
Novo Progresso	07
Oziel Pereira	30
Palmares	08
Palmeiral	07
Pantanal	05
São Sebastião	05
Sol Nascente	15
Terra Viva	05
União	18
União da Fé	13
União do Brasil I	10
União do Brasil II	05
União do Trabalho	08
Vitória I	08
Vitória II	04
Total Geral	346

Fonte: Elaborada a partir dos dados da pesquisa.

Em essência esta situação é bastante prejudicial ao assentamento como um todo, pois mais de 33% do total de famílias, que poderiam estar contribuindo (coletivamente) nas discussões e no desenvolvimento econômico e social deste local, não participam destes

momentos. Isto é agravado ainda mais pelo fato das reuniões de coordenação, onde participam todos os coordenadores de núcleo e a direção da associação, estarem ocorrendo raríssimas vezes, como será visto no Capítulo 5 deste trabalho.

Verificando-se quais os pontos mais discutidos nas reuniões de núcleo, são obtidas as seguintes informações: dos 38 representantes entrevistados, 34 (89,47%) informam que nas reuniões de seu núcleo de família é discutida a questão das ações de governo, ou seja, créditos, assistência técnica, projetos agropecuários, etc; 30 (78,95%) informam que é discutida a questão da organização social, tanto do assentamento quanto do próprio núcleo; 27 (71,05%) dizem que é discutida a questão da produção; 25 (65,79%) afirmam que são outras questões diversas, com ênfase para as atividades do MST, porém são discutidos também temas como a insegurança no assentamento, a conjuntura nacional, saúde, educação, questões ambientais, transporte, política partidária e eleitoral, a unidade entre os assentados, etc. Finalizando, 07 entrevistados (18,42%) informam que discutem em seus núcleos os problemas individuais, entre os componentes do núcleo ou, até mesmo, dificuldades existentes no interior das famílias componentes desta estrutura organizativa.

É interessante observar que quase todos os núcleos priorizam as discussões sobre as questões econômicas, como financiamentos e projetos de captação de recursos, ou sobre a produção, vários discutem também a questão da organização social do assentamento. Porém uma quantidade bem menor discute as questões das relações individuais, que muitas vezes transforma-se em problemas coletivos. Desta forma, somente 07 dos 34 núcleos afirmam discutir esta temática, mas também foi dito durante a entrevista, pelos demais representantes de núcleos, que esta prática já foi comum anteriormente no assentamento, onde sempre se discutia os problemas de relacionamento, tendo ocorrido inclusive várias expulsões de Palmares por esta questão.

Foi verificado que 25 dos 38 entrevistados afirmaram que discutem questões, diferentes das disponibilizadas no questionário de entrevista, e que destas questões a que mais aparece é: as atividades do MST, como já observado. Esta resposta é dada por 11 coordenadores, ex-coordenadores ou componentes de núcleo, entendendo-se como atividades do MST as ações desenvolvidas na região, no estado, ou até mesmo a nível nacional em relação às ocupações, cursos de formação, seminários, atos públicos, caminhadas, etc.

A quantidade de pessoas que dão esta informação, 11 agricultores, corresponde a 28,95% dos 38 representantes de núcleo entrevistados, percentual bastante reduzido quando compara-se com o número de responsáveis pelas famílias de assentados que dizem serem ligados ao MST. Dos 105 assentados entrevistados, 83,81% afirmam participar do Movimento, ou como simpatizante, militante ou ainda como dirigente, contra apenas 16,19% que dizem não fazer parte do MST. Verifica-se também que, dos que dizem estar ligados a organização dos Sem Terra, a maioria diz ser simpatizante, ou seja, 73,86% dos responsáveis pelas famílias entrevistados, 20,46% afirma ser militante e 5,68% diz ser dirigente do MST.

O total de 71,05% dos responsáveis por núcleos entrevistados que não se referiram a temáticas como ocupações, caminhadas, atos públicos, cursos de formação do MST, etc., em suas reuniões, não caracterizam diretamente que estes assuntos não são abordados no assentamento, porém indicam que o mesmo pode não estar sendo sistematicamente debatido e apropriado por todos os agricultores da área do assentamento Palmares.

Verificou-se que 56,20% dos entrevistados (59 pessoas) nasceram no estado do Maranhão, 11,43% (12 pessoas) nasceram no estado do Piauí, 09,52% (10 pessoas) nasceram no Ceará e 08,57% (09 entrevistados) nasceram no Tocantins. Os demais nasceram nos estados do Pará, Goiás, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Mato Grosso e Rio Grande do Norte, aparecendo estes eventos em percentuais que variavam de 0,95% a 3,81% (Tabela ...).

Tabela 4 – Nascimento por unidade da federação

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	%
Maranhão	56,20
Piauí	11,43
Ceará	09,52
Tocantins	08,57
Pará	03,81
Bahia	03,81
Goiás	02,86
Minas Gerais	00,95
Pernambuco	00,95
Mato Grosso	00,95
Rio Grande do Norte	00,95
Total	100,00

Fonte: Elaborada a partir dos dados da pesquisa.

A maioria dos assentados, segundo as investigações realizadas, é originária do Nordeste do Brasil, expressando desta forma o conhecido processo migratório em direção a esta região, iniciado na década de 1970 e prosseguido nos anos seguintes. Apenas 3,81% nasceram no Pará, a maior parte em cidades localizadas nas regiões Sul e Sudeste deste estado.

A pesquisa indicou também que 62 pessoas, 59,05% dos chefes de família entrevistados, estavam exercendo a atividade de agricultor antes de chegar a Palmares, Destes, alguns trabalhavam como meeiros nas terras de fazendeiros, a quem repassavam a metade da produção que conseguiam colher, ou em outro pedaço de terra cedido por um conhecido, sem nada lhes cobrar. Praticamente todos aprenderam esta profissão com os pais ou os avós.

Afirmaram ainda estarem atuando como garimpeiros, antes de ocupar a terra, 16,19% das 105 pessoas entrevistadas, o que corresponde a 17 assentados. Estes informaram que estavam trabalhando nos garimpos da redondeza (Serra Pelada, Garimpo da Cutia, etc.), localizados em Eldorado do Carajás e Marabá, tendo juntado-se ao MST a partir do momento em que o movimento convidou as famílias para fazer a ocupação, isto ainda em 1994. Porém,

mesmo estes que afirmaram estar exercendo a profissão de garimpeiro naquela ocasião, antes já tinham trabalhado na agricultura, em seu local de origem.

A partir destes dados, pode-se afirmar seguramente que a maioria dos assentados e assentadas de Palmares já tinha experiência com a agricultura antes de ocupar a terra na qual este assentamento está hoje localizado. Desmistificando a idéia de que neste local há poucas pessoas com vocação para a agropecuária e muito mais pessoas com tendências para as atividades minerais, exauridas na década de 1980, idéia defendida por pesquisas pouco ou nada científicas.

Disseram cuidar do lar 6,66%, ser vendedor ou comerciante 3,81% e, 14,29% dos responsáveis pelas famílias entrevistados afirmaram que desenvolviam anteriormente outras atividades, sendo as mais observadas as seguintes: cozinheira, motorista, pedreiro, pintor, carpinteiro, mecânico, doméstica, professora, vaqueiro, borracheiro, etc., todas estas com percentuais pouco representativos, variando aproximadamente entre 1% a 2%.

Tabela 5 – Principal atividade antes da ocupação

ATIVIDADE	%
Agricultor(a)	59,05
Garimpeiro(a)	16,19
Cuidava do lar	06,66
Vendedor / Comerciante	03,81
Outras (cozinheira, doméstica, professora, vaqueiro, borracheiro, motorista, pedreiro, pintor, carpinteiro, mecânico, etc.)	14,29

Fonte: Elaborada a partir dos dados da pesquisa.

Em relação ao nível de produção atualmente existente no assentamento Palmares, foram feitas levantamentos da quantidade colhida de arroz e de milho; da quantidade comercializada/consumida (após beneficiamento) de mandioca *in natura* e da quantidade

produzida de farinha de mandioca, todas em relação à safra 2002/2003. Foi também identificada a quantidade de leite bovino consumida/comercializada no ano de 2003.

A pesquisa realizada identificou, como resultado dos questionários aplicados na amostra definida (105 famílias), uma produção de 186.120kg de arroz consumidos/comercializados, para a safra em questão. Retirando a média por família e inferindo para o total de famílias do assentamento (517), obtém-se estimativamente, com 95% de nível de confiança e margem de erro de aproximadamente 8,5%, como apontado nos aspectos metodológicos do trabalho, um montante de 916.419kg de arroz/ safra 2002/2003, consumidos/comercializados em Palmares.

O projeto elaborado pela Coomarsp, em 2000, indicou uma produção de 781.704kg de arroz para a safra 1997/1998. Isto indica que os valores encontrados para 2002/2003 representam um acréscimo, no que foi consumido e/ou comercializado em relação a esta cultura, na ordem de aproximadamente 17,23%, o que corresponde a 134.715kg de arroz a mais, plantados e colhidos no assentamento.

Em relação à quantidade de milho colhida (consumida e/ou comercializada), verificou-se um total de 147.660kg de milho para a amostra trabalhada. Considerando-se os mesmos referenciais técnicos estatísticos citados em relação ao arroz, tem-se uma produção para o assentamento estimada em 727.050kg de milho/ safra 2002/2003. O projeto da Coomarsp indicou uma produção de milho para a safra de 1997/1998 em torno de 744.480kg, ou seja, observa-se uma redução na ordem de 2,34%, o que pode ter sido causado por diversos fatores naturais e infra-estruturais.

Foi informada, pelos entrevistados, que a comercialização e/ou consumo (após beneficiamento) de mandioca *in natura* deu-se na quantidade de 68.450kg, em relação às 105 famílias participantes da pesquisa. Verificou-se que esta comercialização, feita principalmente para atravessadores, é basicamente para a produção de polvilho, um tipo de farinha muito

fina, bastante consumida na região. Inferindo-se novamente para o universo das 517 famílias do assentamento, tem-se um montante de 337.035kg de mandioca *in natura*, estimativamente comercializada e/ou consumida na safra 2002/2003.



Figura 6 - Típica “casa de farinha” da região

Foto: Dion Monteiro, 2004

O total de farinha de mandioca produzido em Palmares, em relação à amostra trabalhada, foi de 59.280kg para a safra em questão. Neste contexto e, estimativamente, a extrapolação para todas as famílias do assentamento indicaria uma produção de 291.883kg. O projeto elaborado pela Coomarsp apresentou para a safra 1997/1998 uma produção de aproximadamente 46.560kg de farinha. Os resultados mostram um crescimento próximo de 526,90%, no período entre as safras 1997/1998 e 2002/2003.

Os 337.035kg de mandioca *in natura*, estimativamente comercializados e/ou consumidos, após beneficiamento, em Palmares, caso fossem transformados em farinha comum, produziram mais 2.247 sacos de 60kg⁵, o que corresponderia a mais 134.820kg de

⁵ Os agricultores informam que para produzir um saco com 60kg de farinha de mandioca são necessários aproximadamente, na região, 150kg de mandioca *in natura*, desta forma, este cálculo é feito dividindo o total de

farinha de mandioca no assentamento, elevando a produção total para 426.703kg. O que certamente daria um importante salto na rentabilidade deste tipo de produção.



Figura 7 – Agricultor produzindo farinha em Palmares

Foto: Dion Monteiro, 2004

É importante informar que, neste levantamento, não foi incluída a mandioca que é vendida “no pé”, modalidade de comercialização onde o agricultor planta, porém não colhe o que é produzido, vendendo a cultura ainda no local onde ela está plantada, ficando a cargo de quem comprou a ação de colher a referida plantação. Esta situação ocorre com vários agricultores da região, podendo assim elevar consideravelmente os números que se referem à quantidade de mandioca produzida no assentamento Palmares.

Outro produto considerado na pesquisa foi o leite produzido na região. Segundo informações dos agricultores abordados, componentes da amostra de 105 famílias, são coletados, consumidos e/ou comercializados, 436 litros de leite por dia no assentamento, o que corresponderia a 2.146 litros/dia após ser feita inferência para todas as 517 famílias do assentamento. Este número indica uma produção/ano no total de 633.070 litros, isto ao ser

mandioca, no estado indicado, por 150, obtendo-se como resultado a quantidade de sacos de farinha que seriam produzidos, em média.

considerada a informação dos técnicos da Coomarsp que afirmam que as vacas da região produzem, em média, leite durante 295 dias dos 365 dias que o ano tem.

O projeto “Mercado da região Sudeste do Pará, um desafio de comercialização para as organizações camponesas”, elaborado pela Coomarsp e, já citado anteriormente, apontou uma capacidade de produção/ano da fábrica de laticínios existente no assentamento, na ordem de 752.000 litros de leite pasteurizado. Como o processo de pasteurização executado pelo equipamento existente em Palmares não acarreta grandes perdas ou acúmulos de massa, os técnicos da referida cooperativa consideraram a quantidade de leite cru necessária no início deste processo, aproximadamente igual à quantidade de leite pasteurizado que pode ser obtida no final do mesmo, indicando assim serem também necessários aproximadamente 752.000 litros de leite cru/ano para otimizar o funcionamento do equipamento.

Considerando o que foi exposto até aqui, pode-se observar que a quantidade/ano atualmente coletada de leite no assentamento, estimada em 633.070 litros, apontada anteriormente, ainda não garante a total otimização da capacidade produtiva da fábrica de laticínio em questão, sendo necessário, portanto, haver um incremento na quantidade deste referido leite coletado, caso haja disposição dos componentes deste projeto de assentamento em ativar a citada estrutura.

Tabela 6 – Comparação da produção no Assentamento

CULTURA	SAFRA 1997/1998	SAFRA 2002/2003	VARIAÇÃO
Arroz	781.704 kg	916.419 kg	(+) 17,23%
Milho	744.480 kg	727.050 kg	(-) 02,34%
Farinha de mandioca	46.560 kg	291.883 kg	(+)526,90%

Fonte: Elaborada a partir dos dados da pesquisa.

Ao se questionar os agricultores sobre quais as principais dificuldades que eles enfrentavam para que os financiamentos recebidos fossem bem sucedidos, verificou-se o

seguinte: o principal fator apontado, com 47,62% das aplicações feitas, foi o que indica que o repasse não é feito na data certa. Esta observação se refere à questão do não cumprimento do calendário agrícola, ou seja, os recursos conseguidos através dos projetos elaborados nunca são repassados no período certo para que os trabalhos possam ser devidamente garantidos. Como exemplo, em relação à agricultura, verifica-se: preparar a terra, plantar, limpar a área plantada e colher. Além disso, os financiamentos são feitos em um espaço de tempo muito longo entre um e outro recurso repassado.

O segundo ponto apontado, com 19,24% das respostas, afirma que o valor do financiamento é pequeno, indicando que as necessidades são maiores que os recursos repassados. Agrava-se esta situação, complementam, em virtude dos prazos para o pagamento destes financiamentos não serem o suficiente para que se possa ter o retorno financeiro do investimento feito e o valor das parcelas, que deverão ser pagas, serem elevados para a realidade dos agricultores, sendo todos estes elementos relacionados ao principal, que é o observado recurso reduzido.

O terceiro item, com 12,38% das respostas, refere-se à burocracia nos bancos. Este ponto está relacionado, segundo os trabalhadores, ao excesso de documentação exigida e ao fato do recurso não vir diretamente para as mãos destes agricultores, recebendo os mesmos apenas uma “carta de crédito” para comprar nas lojas e fazendas cadastradas, ficando assim limitados aos preços mais altos das empresas e pessoas que aceitam receber posteriormente do governo, embutindo desta forma um valor compensatório no preço final do produto vendido. Reclamam também, ainda neste ponto, dos juros bancários elevados.

O quarto ponto apresentou um índice de 7,62% e relacionou-se aos diversos problemas administrativos da Associação de Produção e Comercialização dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Palmares (Aprocar). Dentro deste ponto, afirmam os assentados, estão a definição dos rumos dos investimentos que deverão ser feitos, principalmente o que se refere

a quem é o responsável por definir esta questão; os problemas técnicos verificados na elaboração do projeto; os descontos financeiros feitos pela Associação no valor principal, que cada associado recebe; além da falta de esclarecimento sobre as regras do financiamento e, até mesmo, a falta de pagamento dos financiamentos anteriores por parte de alguns assentados, afirmando os entrevistados que a falta de controle e ação da Associação contribui com esta situação negativa.

Um outro ponto, também com 7,62% das 105 opiniões emitidas, refere-se à falta de assistência técnica e extensão rural no assentamento, influenciando diretamente o sucesso dos financiamentos. Esta questão já foi inclusive observada no Capítulo 3 deste trabalho, que falava sobre os motivos do insucesso da primeira experiência de grande produção econômica vivenciada em Palmares. Também junto a esta questão, foi apontada a falta de pesquisas técnicas desenvolvidas na região.



Figura 8 - Família de assentados do PA Palmares

Foto: Dion Monteiro, 2004

Com 2,86% das respostas, foi afirmado que a maior dificuldade está na falta de infraestrutura básica para o desenvolvimento das atividades, como energia elétrica nos lotes, estradas em quantidade e qualidade satisfatórias e veículos disponíveis para o transporte dos insumos e da produção. Afirmaram que este fator se agrava devido à falta de apoio no desenvolvimento da produção e, às vezes, uma certa falta de experiência em relação ao financiado.

Do total de 105 chefes de família entrevistados, o percentual de 2,86%, o que corresponde a 03 responsáveis pelas famílias, afirmaram que não sabiam responder a esta pergunta, ou seja, quais as principais dificuldades que eles enfrentavam para que os financiamentos recebidos fossem bem sucedidos, um número bastante pequeno, principalmente quando considera-se a grande maioria (97,14%), que tinha alguma opinião a emitir em relação a este aspecto.

Tabela 7 - Principais dificuldades nos financiamentos

DIFICULDADES	%
O repasse não é feito na data certa	47,62
O valor do financiamento é pequeno	19,04
A burocracia nos bancos	12,38
Problemas na administração da associação	07,62
Falta de ATER para os financiamentos	07,62
Falta de infra-estrutura básica	02,86
Não souberam responder	02,86

Fonte: Elaborada a partir dos dados da pesquisa.

5 O CONFLITO ENTRE A PRODUÇÃO COLETIVA E A REPRODUÇÃO ECONÔMICA INDIVIDUALIZADA

5.1 A ATUAL SITUAÇÃO DO MODELO DE ORGANIZAÇÃO COLETIVA IMPLEMENTADO NO ASSENTAMENTO

Este item objetiva apresentar a relação, conflituosa ou não, entre a proposta de organização coletiva para a produção, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – (MST), e a forma de reprodução econômica individualizada, praticada pela maioria dos agricultores e explicada por algumas teorias que abordam a questão da organização camponesa, em especial pela Escola da Organização da Produção, de Chayanov. Desta forma, será resgatado primeiramente e, de maneira resumida, o processo de ocupação da terra a partir do modo como os agricultores se organizaram, no sentido de desenvolver as suas atividades produtivas. Sendo, logo em seguida, apresentados os principais resultados obtidos nos trabalhos desenvolvidos em campo, nesta pesquisa.

Como observado no Capítulo 4 deste trabalho, a organização para o desenvolvimento da produção, no acampamento, deu-se através dos grupos de famílias, lembrando, constituídos por um montante que variava de 50 a 60 famílias sem terra. Neste momento inicial, a separação em lotes individuais ainda não existia, ou seja, toda a área ocupada era coletiva, inclusive em relação ao espaço destinado à plantação das culturas necessárias para a subsistência das famílias que lá se encontravam.

No final de 1995 é criado oficialmente o PA Palmares, como explicitado no Capítulo 1. Assim, já a partir do ano seguinte (1996), aprofundaram-se as discussões em relação à implantação de uma nova forma de organização do agora assentamento, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento das atividades produtivas. Estas questões vão continuar sendo objeto de debate nos anos seguintes, na tentativa de implementar uma forma de organização que realmente fosse diferenciada das experiências associativistas tradicionais, pautadas em muitos casos apenas pelos interesses econômicos.

Resgatando, o projeto para captação de recursos apresentado ao Banco do Brasil pela Apropar, em outubro de 1999 indica, naquele momento, a existência de 52 núcleos de produção, verificando-se então uma mudança de nomenclatura na estrutura adotada pelo MST como forma de dividir as famílias dentro do assentamento. A explicação para isto é que, à medida que avança o processo em relação à luta e conquista formal da terra, também ocorre a necessidade de que o modelo de organização adotado seja igualmente ajustado.

Para o MST os grupos de famílias são estruturas iniciais, constituídas logo após o processo de ocupação, agregando um grande número de famílias, conforme observado anteriormente, sendo estrategicamente necessário neste momento que, normalmente, é de grande conflito. Já os núcleos de famílias, também chamados de núcleos de base ou até mesmo núcleos de produção (quando vistos apenas pelos aspectos econômicos), são geralmente implementados na fase de assentamento, ou seja, após a conquista formal da terra, sendo menores que os grupos, isto em relação ao número de famílias que fazem parte de cada uma destas estruturas (05 a 15 famílias)⁶.

As entrevistas realizadas com os coordenadores, ex-coordenadores e componentes dos núcleos mostraram que atualmente estão em funcionamento, de forma precária, 38 núcleos de produção, totalizando 346 famílias, conforme apresentado no Capítulo 4, contra os 52 que estavam em atividade em 1999. A seguir serão apresentados alguns elementos no sentido de mostrar a atual situação destas estruturas em relação ao modelo de organização coletiva.

No capítulo anterior foi pontuado que 33,08% das 517 famílias assentadas oficialmente em Palmares estão fora das estruturas de organização coletiva para a produção, pois não estão integradas em nenhum núcleo de produção, nem mesmo formalmente, como acontece com outras. É importante lembrar que 04 núcleos deixaram de funcionar, mesmo que ainda apareçam nos últimos projetos elaborados para captação de recursos junto ao Banco do Brasil.

⁶ Atualmente o MST vem procurando antecipar a implantação destas estruturas (núcleos de famílias), iniciando seu funcionamento ainda no período chamado de pré-assentamento, estágio onde a conquista da terra já está dada, mas formalmente ainda não ocorreu a desapropriação da área pelo Incra.



Figura 9 – Núcleo de família “Filhos da terra”

Foto: Fabiano Bringel,. 2004

Quanto à composição dos núcleos em funcionamento, foi verificado que 03 estão abaixo da média em relação à quantidade de famílias por estrutura, funcionando atualmente com apenas 04. Porém, 03 outros núcleos apresentam uma situação que pode indicar maiores dificuldades, funcionando com 18, 25 e 30 famílias respectivamente, portanto, principalmente os dois últimos, possuem uma quantidade bem superior ao limite de 15 famílias indicado pelas lideranças dos Sem Terra como teto máximo para que um núcleo de produção funcione bem, garantindo tanto o processo de organização produtiva, quanto de organização política e social do assentamento.

Tabela 8 – Relação quantitativa núcleos/famílias

NÚCLEOS (quantidade)	FAMÍLIAS (quantidade)
03	04
10	05
02	06

04	07
04	08
01	09
04	10
02	11
01	12
01	13
02	14
01	15
01	18
01	25
01	30

Fonte: Elaborada a partir dos dados da pesquisa.

Analisando esta tabela verifica-se que dos 38 núcleos em funcionamento, exatamente 32 (84,21%) possuem entre 05 a 15 famílias componentes, a variação indicada, contra 06 (15,79%) que possuem uma quantidade de famílias diferente do intervalo acima, sendo 03 abaixo e 03 acima deste padrão. Assim, a atual divisão quantitativa de famílias por núcleo não é um fator que possa afetar a implementação da política pensada pelo MST, em relação à organização da produção coletiva no assentamento.

Uma outra questão e, bem mais representativa que a anteriormente abordada, refere-se à forma de desenvolvimento do trabalho utilizada pelos componentes dos núcleos de família em funcionamento. Desta forma, verificou-se que 37 (97,37%) dos 38 responsáveis por estas unidades afirmaram que seus núcleos de produção apresentam famílias que trabalham exclusivamente de forma individualizada, 06 (15,79%) afirmaram que possuem famílias que desenvolvem trabalho semicoletivo, ou seja, parte coletivo e parte individual e, 01 coordenador de núcleo, o que corresponde a 2,63% do total, afirmou que em seu núcleo

existem famílias que trabalham de forma exclusivamente coletiva, compartilhando integralmente tanto infra-estrutura quanto criações e plantações.

Retirando os núcleos que afirmaram ter em seu interior formas de trabalho coletiva e/ou semicoletiva, sobram 32 representantes que dizem somente haver trabalho individual entre as famílias componentes de seus respectivos núcleos de produção. Este número quer dizer exatamente 84,21% de todos os núcleos atualmente em funcionamento no assentamento Palmares.

Esta situação fica ainda pior quando consideramos o total de famílias atualmente ligadas a algum dos núcleos de produção. Desta forma e, segundo as informações dos(as) coordenadores(as), ex-coordenadores(as) e membros de núcleos entrevistados, das 346 famílias vinculadas, 329 (95,09%) trabalham unicamente de forma individual, 13 (3,75%) trabalham de forma semicoletiva e 04 (1,16%) trabalham exclusivamente de forma coletiva em seu núcleo.

Vale aqui observar que não está sendo considerado, nesta análise, as 171 famílias que não foram incluídas em nenhum dos núcleos entrevistados, o que certamente elevaria o percentual das famílias que optaram por trabalhar exclusivamente de forma individual. Na hipótese de todas estas 171 famílias estarem trabalhando individualmente, o que não é difícil estar acontecendo, a quantidade de famílias que decidiriam por esta sistemática de produção passaria de 329 para 500, ou seja, 96,71% do total de 517 famílias oficialmente assentadas em Palmares.

Estes dados são determinantes na análise sobre a atual situação do modelo de organização coletiva implementado no assentamento. Neste caso, mesmo as famílias participantes dos núcleos de produção trabalham em sua maioria, mais de 95%, de forma individual, ou seja, as estruturas não estão conseguindo ser representativas no que diz respeito à possibilidade de impulsionar um modo de trabalho alternativo, ficando neste momento a

seguinte dúvida: é o modelo pensado que é ineficaz ou o mesmo torna-se ineficaz por estar inoperante?

Como forma de contribuir com esta reflexão, serão apresentados alguns dados sobre a dinâmica dos núcleos de família, em relação à sistemática de suas reuniões, procurando avaliar se estas estruturas estão conseguindo funcionar não somente como elementos básicos de organização do processo produtivo, mas também como instrumentos de decisão, democráticos e participativos, inclusive nos encaminhamentos das questões sociais e de políticas gerais para o referido assentamento.

Com base nas informações constantes no Capítulo 4 deste trabalho, construiu-se uma tabela onde se poderão verificar os principais assuntos discutidos nas reuniões dos núcleos de famílias no assentamento Palmares. Esta tabela terá como objetivo possibilitar uma avaliação se o conteúdo discutido permite, a partir de sua diversificação, uma interação com os problemas vivenciados neste local, dando suporte para que sejam tomadas decisões partindo de entendimentos coletivos, sendo assim este procedimento uma real alternativa e seus encaminhamentos conseqüentemente assumidos por todos os componentes do assentamento.

Tabela 9 – Principais assuntos discutidos nas reuniões

ASSUNTO	% NÚCLEO
As ações do governo (créditos, prazos, ATEC, projetos, etc.)	89,47
A questão da organização social (do assentamento e do núcleo)	78,95
A questão específica da produção no núcleo	71,05
Questões diversas (saúde, MST, segurança, transporte, política, etc.)	65,79
Os problemas individuais do núcleo (dos componentes e de suas famílias)	18,42

Fonte: Elaborada a partir dos dados da pesquisa.

A tabela anterior mostra que os núcleos não têm se restringido a apenas um tema em suas reuniões, abordando desta forma aspectos que vão desde a organização interna do núcleo e do assentamento, quanto aos assuntos relativos a produção, créditos, assistência técnica e extensão rural, carência para pagamento dos empréstimos, etc. Passando também por questões como segurança, violência, drogas, problemas em relação a saúde e meio ambiente, estradas precárias e até, de maneira mais reduzida, abordando os problemas específicos das famílias componentes dos núcleos de produção. Desta forma, avalia-se que existe uma dinâmica positiva no que diz respeito à possibilidade do desenvolvimento de decisões coletivas em relação às diversas temáticas inerentes as necessidades do PA Palmares.

O projeto elaborado em 1999 pela Apropar, em relação às estratégias para o assentamento, observa o seguinte:

Cada núcleo de família possui um coordenador, sendo que esses coordenadores que são em nº52 reúnem-se pelo menos duas vezes por mês com a diretoria e a assistência técnica a fim de debaterem sobre os problemas de cada um, bem como assuntos de interesse da comunidade e também onde se traçam as estratégias para a organização do assentamento (APROCPAR, 1999).

A orientação dos dirigentes do MST é que os núcleos garantam suas reuniões individuais conforme as reuniões da coordenação geral do assentamento (formada pelos coordenadores de núcleo, coordenadores da Apropar, direção estadual e direção local do MST), ou seja, pelo menos duas reuniões por mês. O levantamento realizado no assentamento apontou, em relação à frequência de reuniões destes núcleos, a seguinte situação: apenas 07 coordenadores (18,42%) afirmaram que garantem reuniões de acordo com a orientação da direção do movimento, 13 (34,21%) afirmaram realizar uma reunião por mês e 18 (47,37%) informam que atualmente realizam reuniões em um intervalo que vai de 01 a 06 vezes por ano.

Juntando-se os casos que ficam fora das orientações da direção dos Sem Terra, verifica-se então que 31 núcleos de famílias (81,58%) não conseguem garantir duas reuniões por mês, com seus componentes e, o que é pior, mais de 47% dos 38 núcleos de famílias estão

realizando, no máximo, uma reunião a cada dois meses e mais de 30% reúnem-se no máximo uma vez a cada quatro meses. A Tabela 10 esmiúça esta situação, distinguindo quantitativamente os núcleos e apontando a frequência com que estes se reúnem.

Tabela 10 – Frequência de reuniões em Palmares

NÚCLEOS (QUANT.)	REUNIÕES (QUANT.)	PERÍODO
02	01	Ano
02	02	Ano
08	03	Ano
01	04	Ano
01	05	Ano
04	06	Ano
13	01	Mês
04	02	Mês
03	01	Semana

Fonte: Elaborada a partir dos dados da pesquisa.

Quando se consideram apenas os núcleos de produção que conseguem se reunir pelo menos uma vez por mês, verifica-se que 52,63% conseguem garantir esta média, segundo as pessoas entrevistadas, o que é pouco considerando que a todo o momento surgem situações que precisam ser discutidas e encaminhadas coletivamente, justamente para que as decisões possam ser assumidas por todos, como já foi citado anteriormente.



Figura 10 - Reunião do núcleo “Filhos da terra”

Foto: Fabiano Bringel, 2004

Existe também uma outra situação no assentamento, que tem influenciado diretamente no resultado anterior. Nos últimos meses ocorreram pouquíssimas reuniões da coordenação geral do assentamento, aquela na qual participam todos os coordenadores de núcleo de produção mais os coordenadores da associação e direção do MST. Tendo estas reuniões ocorrido aproximadamente entre 03 a 04 vezes no ano de 2004, de forma não sistematizada, considerando apenas os meses de janeiro a setembro deste ano.

Esta situação demonstra que existe certamente nos núcleos um reflexo do que vem ocorrendo na coordenação geral do assentamento, que não consegue desenvolver uma sistemática de encontros, apresentando desta forma uma debilidade no que corresponde a orientação e ao suporte que precisa ser dado para as estruturas básicas do movimento, os núcleos de famílias.

Retornando a questão levantada anteriormente (é o modelo pensado que é ineficaz ou o mesmo torna-se ineficaz por estar inoperante?), verifica-se que, neste momento, não existe uma ação ou um desempenho efetivo dos organismos do assentamento que possa produzir um

efeito permanente em relação ao funcionamento das estruturas base do modelo de organização coletiva pensado para Palmares. Porém, é necessário afirmar que, apesar deste ser um dos mais importantes elementos, é apenas um dos fatores responsáveis pelo concreto funcionamento do modelo em questão, podendo também ser responsabilizado pelo seu não funcionamento, dependendo do seu desempenho.

5.2 EXPECTATIVAS E CONSIDERAÇÕES

Procurando compreender se houve, no início, algum tipo de resistência à proposta de organização coletiva para a produção apresentada, foi perguntado aos entrevistados, representantes de núcleos, o seguinte: Inicialmente, quais eram as suas expectativas em relação à forma de produção coletiva? O tratamento das respostas obtidas apontou os elementos pontuados a seguir.

Dos 38 representantes de núcleos abordados, 32 (84,21%) afirmaram que desde o início acreditaram que trabalhando desta forma tudo poderia dar certo, 05 (13,16%) observaram que não tinham certeza que utilizando esta forma de trabalho, coletiva, as coisas dariam certo e apenas 01 atual coordenador de núcleo, o que corresponde a 2,63% das pessoas entrevistadas, disse que na implantação da proposta era contra. Porém, este mesmo coordenador que se posicionou contrariamente no início, falou que com o passar do tempo foi compreendendo a proposta, passando a apoiar a mesma.

Tabela 11 – Expectativas iniciais com o modelo

EXPECTATIVA	%
Avaliavam que trabalhando desta forma tudo daria certo	84,21
Não tinham certeza que as coisas dariam certo	13,16
No início era contra	02,63

Fonte: Elaborada a partir dos dados da pesquisa.

Os resultados apresentados deixam claro não ter havido grande resistência dos entrevistados em relação à proposta de organização coletiva para o desenvolvimento da produção apresentada e implementada no assentamento Palmares. As observações coletadas em campo indicam que um dos fatores que mais contribuíram para esta aceitação, pelo menos por parte dos coordenadores, ex-coordenadores e componentes de núcleos abordados, foi o bom resultado apresentado pelos grupos de famílias, ainda na fase de acampamento.

Este percentual de aceitação, devido à quantidade de entrevistados (38), não poderá ser extrapolado para todas as 517 famílias assentadas, porém praticamente todos os que hoje são representantes de núcleo participaram da ocupação como membros de base do assentamento, ou seja, com exceção de um agricultor, nenhum dos demais era, naquele momento, direção do MST, tendo assim o “mesmo nível de compreensão e conhecimento” que todas as demais pessoas que estavam participando daquela ação, nesta situação.

Os resultados identificados anteriormente, apontando que das 346 famílias vinculadas a algum dos núcleos de produção, mais de 95% trabalham unicamente de forma individual, levaram à aplicação de uma outra questão aos representantes de núcleos, sendo esta a seguinte: Na sua opinião, por que as famílias preferem trabalhar de forma individualizada? Obtendo-se as respostas abaixo elencadas.

Reunindo em quatro grandes blocos as respostas dos entrevistados, verifica-se que: 11 (28,95%) afirmam que as famílias atualmente preferem trabalhar de forma individualizada porque ficaram decepcionadas com a situação verificada nos projetos em grupos (grandes projetos), implementados ainda no início do assentamento (abordados no Capítulo 3 deste trabalho); outras 11 pessoas (28,95%) disseram que o principal motivo que levou à priorização do trabalho individual foi que, desta maneira cada família pode trabalhar da forma que quiser e com o que quiser, ou seja, pode decidir, independentemente de outras famílias, o que fazer

com seus bens, bem como com o seu trabalho, facilitando, inclusive, com que sejam minimizados os possíveis choques culturais no labor, em decorrência das diferentes origens destes agricultores; 08 representantes (21,05%) apontaram a formação decorrente dos próprios pais e avós, como o principal fator causador desta evidência, afirmam que isto leva os trabalhadores a priorizarem as suas próprias atividades econômicas, além de não terem experiência em relação à forma de trabalho coletiva proposta e, finalmente, mais de 08 coordenadores, ex-coordenadores e membros de núcleos entrevistados, o que corresponde também a 21,05% dos 38 núcleos, afirmam que os agricultores não depositam confiança nos demais membros de seus respectivos núcleos, impossibilitando desta forma o desenvolvimento dos trabalhos coletivos.

Tabela 12 – Principais motivos para o trabalho individual

MOTIVOS	%
As pessoas ficaram decepcionadas com a experiência anterior	28,95
Desta maneira cada um pode trabalhar da forma e com o que quiser	28,95
Devido à formação que vem desde os pais e avós	21,05
As pessoas não confiam nos demais membros do núcleo	21,05

Fonte: Elaborada a partir dos dados da pesquisa.

Verifica-se que a expectativa depositada no modo de trabalho coletivo, no início da ocupação e do assentamento, foi fortemente impactada pela situação que se seguiu, de desestruturação destes projetos comuns, levando as perdas já verificadas na piscicultura, suinocultura, avicultura, bovinocultura, fábrica de arroz, farinha, ração e no laticínio.

Um outro elemento importante, observado nas respostas dos entrevistados, é o que se refere ao processo histórico de desenvolvimento do agricultor, ou seja, a formação deste para o trabalho. Assim, observa-se que o direcionamento familiar, que vem desde os seus avós e bisavós, nunca os preparou para o trabalho em grandes grupos coletivos, no máximo reunindo-

se em pequenos grupos comunitários para a realização de rápidos mutirões nas localidades onde vivem, como abordado no Capítulo 2 desta pesquisa, que trata das bases teóricas do campesinato.

Foi feita também a seguinte indagação aos abordados: Segundo os componentes do seu núcleo, quais são os principais problemas em se trabalhar de forma coletiva nos núcleos de família? Obtendo-se 06 blocos de respostas diferentes, pontuadas a seguir.

Mais da metade dos responsáveis pelos núcleos de produção, 21 (55,26%) afirmaram que o principal problema em se trabalhar de forma coletiva é que nem todos os componentes trabalham de forma igual, esclarecem: um pouco devido à própria dinâmica do trabalhador, que é diferenciada entre eles, um pouco pela própria formação moral destes, pois evidenciam, nem todos são honestos e responsáveis, além de citarem que em alguns casos há pouca e, às vezes, nenhuma organização nas atividades desenvolvidas pelos núcleos coletivos.

Um outro grupo de representantes dos núcleos de produção, no total de 09 (23,69%) cita que nunca se consegue chegar a um consenso em relação ao trabalho que precisa ser realizado e, muitas vezes, nem mesmo a forma como as atividades deverão ser desenvolvidas, mesmo depois de demoradas e cansativas discussões. Levando um tempo que poderia ser utilizado em outras coisas, como cuidar do gado ou trabalhar na preparação da terra para o plantio. Afirmam também que ocorrem as mesmas dificuldades quando o assunto se refere às questões sociais do assentamento ou do núcleo.

O montante de 04 entrevistados (10,53%), referem-se à alegação dos componentes de seus núcleos em relação à dificuldade que estes sentem devido a sempre ter que pedir autorização ao coletivo para fazer qualquer coisa que não tenha sido decidida anteriormente nas reuniões. Afirmam que muitas vezes são obrigados a fazer “o que o coletivo quer” e não verdadeiramente o que eles gostariam de fazer, levando inclusive, observar alguns, a terem

dificuldades em saber qual o seu “patrimônio individual”. Aqui é interessante observa que fica clara a não compreensão dos princípios da produção coletiva, por parte destes assentados.

Registra-se também a referência de 02 entrevistados, 5,26% do total de 38, que dizem que um dos motivos alegados, em relação a esta questão, é a distância entre os lotes, pois, alguns chegam a ficar até 15 km separados dos outros lotes do mesmo núcleo; 01 (2,63%) afirma que falta estrutura e condição financeira para se trabalhar de forma coletiva e 01 único coordenador informa que os componentes de seu núcleo de produção nunca reclamaram de nenhuma dificuldade em relação ao trabalho coletivo.

Tabela 13 – Problemas em se trabalhar de forma coletiva

PROBLEMA	%
Nem todos trabalham de forma igual	55,26
Nunca se consegue chegar a um consenso no núcleo	23,69
Ter sempre que pedir autorização ao coletivo para fazer qualquer coisa	10,53
A distância entre os lotes	05,26
A falta de estrutura e condição financeira para produzir coletivamente	02,63
Nunca houve reclamação do trabalho coletivo	02,63

Fonte: Elaborada a partir dos dados da pesquisa.

Foi também feita uma outra pergunta que se apresenta como fundamental para analisar alguns aspectos profundamente relevantes neste debate, que envolve o modo de produção coletivo e a reprodução econômica individualizada no assentamento Palmares, sendo esta a seguinte: Existe alguma forma de cooperação entre os membros de seu núcleo? O objetivo desta verificação tem como fundamento procurar identificar se, mesmo com uma prática predominantemente individualizada em relação ao desenvolvimento das atividades produtivas

entre as famílias, existe entre estas alguma ação que indique a presença de práticas solidárias e de cooperação mútua.

Seguindo esta orientação, foi identificado que 52,63% dos entrevistados, correspondente a 20 pessoas, afirmaram que os componentes de seus respectivos núcleos praticam formas de cooperação como troca de trabalho e mutirão, tanto no sentido de ajudar aos demais componentes que possam estar necessitando de alguma contribuição, por motivo de doença ou quando saem do assentamento para realizar alguma tarefa para o MST, quanto no sentido de apoio comum no trabalho com as culturas, gado ou demais serviços que se fazem necessários em seus lotes, sendo retribuído posteriormente por quem recebeu a colaboração.

Contraditoriamente, 34,21% dos representantes de núcleo abordados, ou seja, 13 responsáveis, afirmaram que em seus núcleos de produção não existe nenhuma forma de cooperação entre os componentes, seja troca de trabalho ou serviço, mutirão, ou qualquer outra forma de apoio comum. Mesmo nos momentos de plantação ou colheita, os agricultores vinculados às estruturas aqui observadas preferem, por exemplo, contratar outras pessoas a, trocar serviço com algum vizinho ou membro do mesmo núcleo de família ou de qualquer outro núcleo.

Finalizando, 05 coordenadores, ex-coordenadores ou componentes de núcleo entrevistados, 13,16% do total, citam que este tipo de cooperação ocorre pouco entre os membros de seus organismos. Segundo estas pessoas, a maioria dos agricultores prefere cobrar diária a trocar trabalho. Continuam afirmando que quando isso ocorre é em geral, no máximo entre duas famílias que já possuem alguma afinidade maior, seja por motivo de parentesco ou antiga amizade.

Ao juntarmos os entrevistados que afirmam não existir nenhum tipo de cooperação entre os componentes de seus núcleos e os que dizem haver pouquíssima cooperação, temos

um montante de 47,37%, o que é muito preocupante, pois mostra que princípios fundamentais de solidariedade e apoio mútuo estão se perdendo neste assentamento, colocando em risco todo o processo de construção política feito no sentido de cultivar valores diferenciados daqueles comumente proliferados (egoísmo, individualismo e competição), elementos, sabe-se, intrínsecos ao sistema vigente.

Tabela 14 – Formas de cooperação entre os componentes do núcleo

FORMAS	%
Os componentes do núcleo trocam trabalho e fazem mutirão	52,63
Não existe nenhuma forma de cooperação entre os membros do núcleo	34,21
Ocorre muito pouco, os membros preferem cobrar diária a trocar trabalho	13,16

Fonte: Elaborada a partir dos dados da pesquisa.

6 NOTAS CONCLUSIVAS

No início do Capítulo 3 deste trabalho afirmou-se que Palmares passou por um processo de importação de um modelo econômico agroindustrial que não se adequava à realidade local, tanto devido à carência infra-estrutural da Região Amazônica e, em especial do Sudeste do Pará, quanto em função da falta de conhecimentos técnicos e administrativos por parte das pessoas que iriam trabalhar com as estruturas e os projetos pensados. Sendo esta situação um reflexo da ausência de um projeto mais específico para o setor de produção do próprio MST.

Desde seu surgimento em 1984, até o atual período, o Movimento dos Sem Terra ainda não conseguiu definir um caminho realmente concreto no que diz respeito ao desenvolvimento e à organização da produção em seus assentamentos, principalmente daqueles localizados na Região Amazônica. Várias experiências foram feitas, muitas na década de 1990, e inúmeras discussões sobre este processo organizativo ocorreram, porém mesmo as experiências pensadas e implementadas no Sul e Sudeste do Brasil tiveram grandes dificuldades, e as que lograram sucesso não tinham como ser exportadas na íntegra para outras regiões, que ficaram, por motivos diversos, sem conseguir avançar nesta situação.

Os documentos disponíveis deixam claro que o movimento passava, naquele momento, por um debate intenso e que alguns representantes, inclusive de direção do MST, tendiam a priorizar os fatores econômicos até mesmo em detrimento dos fatores organizativos, pelo menos é o que se verifica no produto da pesquisa realizada pelos Sem Terra em 1999 e apresentada neste trabalho. Assim, confundia-se neste momento o processo de cooperação, que tem um profundo caráter ideológico, com a atividade econômica cooperativista.

Verifica-se também que a persistência de agricultores, como os identificados em Palmares, expõe a não realização das previsões marxistas, incorporadas por Kautsky, em

relação ao desaparecimento destes agentes econômicos. A realidade tem mostrado que os camponeses não desapareceram mesmo em países com capitalismo desenvolvido e que a multiplicação dos assentamentos na região indica, entre outras coisas, uma consolidação das políticas (corretas ou não) voltadas para estas pequenas unidades produtivas agrícolas, que já não se pautam mais somente pela simples agricultura de subsistência, estando agora também inseridas em redes de comercialização.

Chayanov afirmava que não é possível pensar em um modelo único de desenvolvimento econômico. Desta forma, em um país de dimensões e diferenças tão grandes como é o caso do Brasil, torna-se necessário aprofundar inexoravelmente os processos de pesquisa e geração de conhecimento sobre as peculiaridades de cada uma de suas regiões, e mais, de cada uma das regiões que existem dentro de cada região do Brasil. O estado do Pará é um exemplo claro desta situação.

A pesquisa mostrou que mais de 28% dos responsáveis pelas famílias, entrevistados, avaliaram que faltaram conhecimentos técnicos para que os grandes projetos agroindustriais tivessem resultados econômicos positivos, e mais de 42% afirmaram que a dificuldade de gerenciamento administrativo dos projetos foi a responsável pelo fracasso desta experiência. Ao mesmo tempo mais de 67% dos agricultores, chefes de família abordados, disseram que nunca receberam assistência técnica em seus lotes.

Na região Sudeste do Pará, atendendo ao assentamento em questão, tem-se duas organizações responsáveis pela assistência técnica, a COOMARSP e a APROCPAR, porém nenhuma das duas funciona atualmente de forma eficiente em relação a esta questão, sendo este um claro exemplo das dificuldades que existem também dentro do MST no que diz respeito à construção de políticas alternativas de assistência técnica rural.

Em relação ao processo organizativo, atualmente mais de 30% das 517 famílias que estão assentadas em Palmares não estão vinculadas a nenhuma unidade de base do MST, ou

seja, a nenhum dos núcleos de produção atualmente em funcionamento. Supõe-se que estas faziam parte dos núcleos de família que não estão atualmente ativos, observados no Capítulo 4 deste trabalho. O reflexo imediato disto é o aumento na dificuldade em relação ao desenvolvimento de uma produção pautada em bases coletivas neste assentamento. Porém, ao ser considerada uma outra informação esta explicação não deve ser vista como definitiva, nem a mais relevante, pois da quantidade de famílias que os coordenadores de núcleo afirmam participar de alguma destas unidades, mais de 95%, segundo os próprios responsáveis pelos núcleos de famílias, dizem desenvolver apenas atividades produtivas de forma individualizada. Certamente ao considerar as famílias não vinculadas este percentual tende a subir.

Aqui será repetida, resumidamente, a pergunta feita no Capítulo 5: o modelo é ineficaz ou inoperante? Quando se verifica que a Coordenação geral do assentamento não vem conseguindo dar uma direção efetiva para este, fica fácil identificar que atualmente o modelo não se encontra realmente atuante, o que não quer dizer que ao atuar ele seja eficaz. O mais provável é que sejam necessários vários ajustes para que o mesmo tenha uma possibilidade de funcionar com os resultados esperados.

Em relação à produção atual de culturas temporárias no assentamento, considerando a safra 2002/2003, passados cinco anos da safra tomada como base (1997/1998), verifica-se um acréscimo consistente somente na produção de farinha de mandioca (526,90%). O milho apresentou uma queda de 2,34% e o arroz uma alta de 17,23%. Infelizmente neste trabalho não foi possível fazer uma comparação entre a produção quantitativa deste assentamento com outros assentamentos da região, o que seria interessante para poder avaliar a situação dos produtores, porém, verifica-se claramente uma ociosidade existente no que diz respeito à possibilidade produtiva, pelo menos em relação à terra disponível para plantar. A experiência

empírica indicou que poucos assentados chegam a plantar o equivalente a um alqueire, sendo interessante observar que os lotes possuem em média 05 alqueires ou 25 hectares.

Existe também uma reclamação por parte da maioria dos assentados em relação aos repasses financeiros para os projetos contemplados. Afirmam estes que um dos maiores entraves no que diz respeito ao aumento da produção está neste procedimento, que em geral é feito fora do calendário agrícola. Desta forma, os investimentos são implementados normalmente com recursos próprios e quando o financiamento chega é utilizado para comprar outra coisa, muitas vezes gado e outras vezes móveis, eletrodomésticos, remédios, etc.

A fragilidade nos laços políticos verificados atualmente entre a organização MST e muitos dos assentados, pode ser expressa pelos seguintes dados: mesmo que 83% dos chefes de família afirmem serem vinculados ao Movimento (a maioria classificando-se como simpatizante) menos de 30% dos coordenadores de núcleo informam que são discutidas em suas reuniões questões específicas do MST (ocupações, formação política, atos públicos, etc). É possível que este processo de afastamento esteja ocorrendo em virtude da existência de uma grande expansão na quantidade de pessoas que hoje vivem em Palmares, mas também devido a uma falta de maior formação política e, certamente, de respostas aos anseios dos agricultores.

Um dado importante e que deve ser usado em um processo de desmistificação da realidade local é o que informou que quase 60% dos responsáveis pelas famílias afirmaram que estavam trabalhando na agricultura antes de irem para Palmares, contra aproximadamente 17% que afirmaram ter vindo direto do garimpo, apesar de uma quantidade muito maior de pessoas deste assentamento ter trabalhado, em algum momento, na extração de ouro nesta região. Esta situação mostra, ao contrário do que dizem alguns levantamentos, que as dificuldades vivenciadas no local não se devem à falta de habilidade para trabalhar com a agricultura ou com a pecuária, mas principalmente deve-se à dificuldade em se trabalhar com

o modelo que foi implantado. Outro elemento relevante, e que corrobora com o observado anteriormente, refere-se à origem dos chefes de família entrevistados, onde quase 80% destes vieram do Maranhão, Piauí ou Ceará, estados nordestinos com características agrícolas, entre outras, principalmente em suas regiões interioranas.

Ainda em concordância com a informação sobre a origem e o desenvolvimento das pessoas que hoje residem em Palmares, verifica-se a resposta da maioria dos entrevistados quando perguntados sobre quais seriam as maiores dificuldades em se trabalhar de forma coletiva. Desta maneira, mais de 55% destes lavradores informaram ser o principal responsável as diferentes formas e ritmos de trabalhos implementados pelos agricultores, causando insatisfação por parte daqueles que estão acostumados a um ritmo mais intenso, ou mais compassado. Assim, verifica-se que os sistemas de trabalho devem ser também considerados por ocasião da divisão das famílias dentro de cada núcleo, procurando adequar a mesma forma de trabalho à maioria dos componentes da estrutura coletiva.

Ao indagar-se os coordenadores sobre qual seria a melhor forma de organizar os núcleos de produção, verificou-se que aproximadamente 45% afirmaram ser a melhor forma a organização por vicinal; em torno de 26% disseram que seria melhor por região, considerando a divisão territorial que já existe dentro do assentamento; quase 08% disseram que os núcleos deveriam ser organizados por afinidade familiar ou outra similar; também com o mesmo percentual afirmou-se que a melhor forma seria organizar por linha de produção; aproximadamente 05% disseram que seria melhor organizar a partir de pequenas cooperativas ou associações, inclusive de moradores; outros 05% observaram que poderia ser qualquer forma de organização, desde que houvesse unidade entre os trabalhadores e, finalmente, em torno de 03% afirmaram que os núcleos deveriam ficar como estão hoje organizados.

Atualmente existe uma grande preocupação por parte da direção do assentamento Palmares em relação à situação do processo produtivo, principalmente no que se refere a sua

organização. Deste modo, as informações anteriores podem contribuir com uma avaliação mais aprofundada sobre esta questão. Verifica-se também que a indicação dos agricultores de que a melhor forma de organizar os núcleos de produção seria por vicinal não apresenta verdadeiramente uma novidade, pois no início do assentamento os núcleos foram divididos exatamente desta forma. Porém, a experiência mostrou que após algum tempo, com a insatisfação de alguns assentados com a situação de seus lotes, que apresentavam mais pasto ou mais mata (floresta), com pouca ou “exagerada” quantidade de água (em alguns períodos do ano), ou ainda devido à distância, iniciou-se um processo de troca e, até mesmo de venda dos lotes, com a intenção de comprar outro que se julgasse mais apropriado. Assim, esta situação teve como um de seus resultados o distanciamento de agricultores que continuavam formalmente no mesmo núcleo de produção, porém agora tinham muito mais dificuldade de se encontrar, justamente por não estarem mais territorialmente próximos, como no início.

Ao ser definida esta situação, reorganizando os núcleos conforme a indicação aqui apresentada ou outra similar, será necessário serem consideradas medidas que impeçam ou dificultem a repetição da situação vivenciada anteriormente. Uma alternativa pode ser a que indica a necessidade que se troque de núcleo de produção ao se trocar de lote, passando a organizar-se no núcleo correspondente à vicinal onde o camponês for residir.

Completando as considerações, verificou-se uma questão muito preocupante nos dados da pesquisa. Os coordenadores de núcleo de produção informaram que, aproximadamente, 52% dos membros destas unidades praticam, de forma mais intensa, algum tipo de cooperação entre si, apesar de que no desenvolvimento das atividades produtivas dos núcleos preferiram trabalhar de forma individualizada. Um total de mais ou menos 48% dos componentes destes núcleos de famílias não realiza nenhum tipo, ou quase nenhum tipo de cooperação, seja troca de trabalho ou serviço, realização de mutirões ou outra destas ações. Verificou-se que em

torno de 13% observam que a ocorrência é muito pequena e aproximadamente 35% informam que não há nenhum tipo de cooperação entre os membros de seus núcleos.

O grande impacto que esta informação causa é justificado pelo seguinte: mesmo se tendo compreensão da grande dificuldade em se implementar formas coletivas de trabalho, verificar que, quando se trata de ajuda mútua ou uma simples ação de solidariedade, quase 50% do assentamento não têm isto como uma prática comum, indica um grande problema em relação a uma série de questões ligadas à construção de novos valores e, conseqüentemente, de uma nova sociedade, com o desenvolvimento do que poderia ser chamado de relações sociais de produção solidárias, pautadas por valores diferenciados dos usuais e, base dos princípios do próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

REFERÊNCIAS

ABE, Marlene Naoyo. **Mártires de abril: o MST semeando a utopia camponesa**. Belém: UFPA – Centro Agropecuário / EMBRAPA – Amazônia Oriental, 2004. 199 f.: il.

ABRAMOVAY, Ricardo. O admirável mundo novo de Alexander Chayanov. Estudos Avançados. **Revista do Instituto de Estudos Avançados da USP**, São Paulo, v. 12, n. 32, p.69-74, jan/abr. 1998.

_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1998. 275 p.

ACEVEDO, Rosa Elizabeth. Conflitos agrários no Pará. In: FONTES, Edilsa (org.). **Contando a história do Pará (Século XX)**. Os conflitos e os grandes projetos.v. 2. Belém: Ed. Emotion, 2002. p. 211-262.

ALMEIDA, Rogério Henrique. **Apanhados do chão: história recente do campesinato do Sudeste do Pará**. Belém: Monografia Curso de Especialização. NAEA/FIPAM. UFPA, 2004. 80 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Informação e documentação – Citações em documentos - Apresentação: NBR 10520**. Rio de Janeiro: ABNT, ago 2002. 06 p.

_____. **Informação e documentação – Referências - Elaboração: NBR 6023**. Rio de Janeiro: ABNT, ago 2002. 24 p.

_____. **Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação: NBR 14724**. Rio de Janeiro: ABNT, ago 2002. 07 p.

ASSOCIAÇÃO DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DO ASSENTAMENTO PALMARES. **Projeto Consorciado de Investimento e Custeio Safra 99/2000**. Parauapebas/PA: APROCPAR, out 1999.

_____. **Projeto de Investimento Grupal PRONAF – Grupo A**. Parauapebas/PA: APROCPAR, out 2002.

_____. **PRONAF A/C Custeio Especial Safra 2003/2004**. Parauapebas/PA: APROCPAR, jul 2003.

BATISTA, Iane Maria da Silva. **Produção e conservação no contexto do Projeto de Assentamento Agroextrativista Praia Alta Piranheira – PA**. Belém: Monografia Curso de Especialização. NAEA/FIPAM. UFPA, 2004. 60 p.

BERNSTEIN, Eduard. **Socialismo evolucionário**. Tradução: Manoel Teles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.: Instituto Teotônio Vilela, 1997. 174 p.

BOGO, Ademar. **Lições da luta pela terra**. Salvador: Memorial das Letras, 1999. 160 p.

_____. **Novo ascenso na organização da cooperação**. Bahia, 1999. 15 p. Trabalho não publicado.

BRITO FILHO, Glauco. **Gestão em assentamento rural coordenado pelo MST na região Sudeste do Pará**. Belém, 2004. 115 p. Trabalho não publicado.

CARVALHO, Horácio Martins de. As contradições internas no esforço de cooperação nos assentamento de reforma agrária do MST (Período 1989-1999). In: **Caderno de Cooperação Agrícola** n. 08. São Paulo: CONCRAB, ago 1999. 39 p.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. 1. ed. Buenos Aires/Argentina: Ediciones Nueva Vision, 1974. 342 p.

_____. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: GRAZIANO, José; STOLCKE, Verena (orgs.). **A questão agrária**. São Paulo: Ed. brasiliense, 1981. p. 133-163.

COELHO, Maria Célia Nunes. A polêmica ocupação dos Sem Terra na região de Carajás. In: XIMENES, Tereza (org.). **Perspectivas do desenvolvimento sustentável: Uma contribuição para a Amazônia 21**. Belém: Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos; Associação de Universidades Amazônicas, 1997. 657 p.

CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL. A evolução da concepção de cooperação agrícola do MST (1989 a 1999). In: **Caderno de Cooperação Agrícola** n. 08. São Paulo: CONCRAB, ago 1999. 39 p.

_____. Enfrentar os desafios da organização nos assentamentos. In: **Caderno de Cooperação Agrícola** n. 07. São Paulo: CONCRAB, nov 1998. 30 p.

COOPERATIVA MISTA DOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA DA REGIÃO SUL E SUDESTE DO PARÁ. **Mercado da região Sudeste do Pará, um desafio de comercialização para as organizações camponesas** (Projeto enviado ao Banco Mundial). Marabá/PA: COOMARSP, mar 2000.

COSTA, Francisco de Assis (org.). **Agricultura familiar em transformação no Nordeste Paraense: o caso de Capitão Poço**. Belém: UFPA/NAEA, 2000. 260 p.

_____. **Formação agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável**. Belém: NAEA/UFPA, 2000. 355 p.

DUROZOI, Gerard; ROUSSEL, André. **Dicionário de filosofia**. 4. ed. Campinas/SP: Papirus, 1993. 511 p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação e territorialização do MST no Pará**. Cultura Vozes, Petrópolis/RJ, v. 94, n. 2, p. 3-18, mar/abr. 2000.

FONSECA, Heloisa Helena Borges. **O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): lutas e conquistas nos municípios de Eldorado do Carajás e Parauapebas – PA**. Belém: Trabalho de conclusão de curso. Departamento de Geografia. UFPA, 2000. 42 p.

FUNDAÇÃO CENTRO DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Viagem de meu irmão Alexei ao país da utopia camponesa**. Disponível em: <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/historia/hist21/hist21_autor.htm>. Acesso em: 16 set. 2004.

GRAZIANO, José; STOLCKE, Verena. Apresentação. In: GRAZIANO, José; STOLCKE, Verena (orgs.). **A questão agrária**. São Paulo: Ed. brasiliense, 1981. p. 07-11.

GROSSMANN, Mônica. **A participação dos agricultores no estudo da pequena produção no Município de Capitão Poço**. Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento – Belém: UFPA. CAP. Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar, v. 1, n. 1, p.121-138. 1996.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O posseiro da fronteira: campesinato e sindicalismo no sudeste paraense**. Belém: NAEA/UFPA, 2001. 170 p.

HÉBETTE, Jean. Reprodução social e participação política na fronteira agrícola paraense: o caso da Transamazônica. In: HÉBETTE, Jean. MAGALHÃES, Sônia Barbosa. MANESCHY, Maria Cristina (orgs.). **No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará**. Belém: EDUFPA, 2002. p. 205-231.

HURTIENNE, Thomas. A agricultura familiar e o desenvolvimento sustentável: problemas conceituais e metodológicos no contexto histórico da Amazônia. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 30, n. especial, p. 442-466, dez 1999.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de sociologia**: guia prático da linguagem sociológica. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997. 300 p.

KAUTSKY, Karl. Socialização da agricultura. Prólogo à primeira edição. In: GRAZIANO, José; STOLCKE, Verena (orgs.). **A questão agrária**. São Paulo: Ed. brasiliense, 1981. p. 127-131.

LAMARCHE, Hugues (coord.). **A agricultura familiar**: comparação internacional. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1997.

LENIN, Vladimir I. O capitalismo na agricultura (O livro de Kautsky e o artigo do senhor Bulgákov). In: GRAZIANO, José; STOLCKE, Verena (orgs.). **A questão agrária**. São Paulo: Ed. brasiliense, 1981. p. 81-126.

_____. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 402 p.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. 301 p.

MIGLIOLI, Jorge. **Acumulação de capital e demanda efetiva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982. 301 p.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2001. 256 p.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **História da Concrab**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/setores/concrab/concrab2.html>>. Acesso em: 06 jun 2003a.

_____. **Princípios da cooperação no SCA**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/setores/concrab/concrab10.html>>. Acesso em: 06 jun 2003b.

_____. **Um breve histórico**. Disponível em <<http://www.bicopapagaioam.hpg.ig.com.br/mst.htm>>. Acesso em: 06 jun 2003c.

NAVARRO, Zander. O Brasil precisa da reforma agrária? **Jornal Muito Mais** – jornal mensal de cultura. São Paulo, janeiro de 2002.

_____. O MST e a canonização da ação coletiva (comentário ao artigo de Horácio Martins de Carvalho). In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Produzir para viver**. Os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 261-282.

REA, Louis M.; PARQUER, Richard A. **Metodologia de pesquisa**: do planejamento à execução. 1. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. 262 p.

SANDRONI, Paulo. **Novo dicionário de economia**. 1. ed. São Paulo: Editora Best Seller, 1994. 375 p.

SCHNEIDER, Sérgio. **Elementos teóricos para análise da pluriatividade em situações de agricultura familiar**. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/congrsem/iisemina/sergio.htm>>. Acesso em: 16 set 2004.

SILVA, Edmar Moreira. **A luta pela nossa terra**. 1. ed. Belém: Unigraf, 1998. 26 p.

SILVA, Flavia Adriane Oliveira da. **Organização da produção e o processo de diferenciação socioeconômica nos assentamentos “Rio Branco”, “Palmares” e “Palmares Sul” – Sudeste do Pará**. Belém: Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Geografia. UFPA, 2000. 78 p.

SILVA, Tânia Paula da. Fundamentos teóricos do cooperativismo agrícola e o MST. **Revista Terra Livre**. São Paulo, ano 18, n° 19, p. 229-242, jul/dez. 2002.

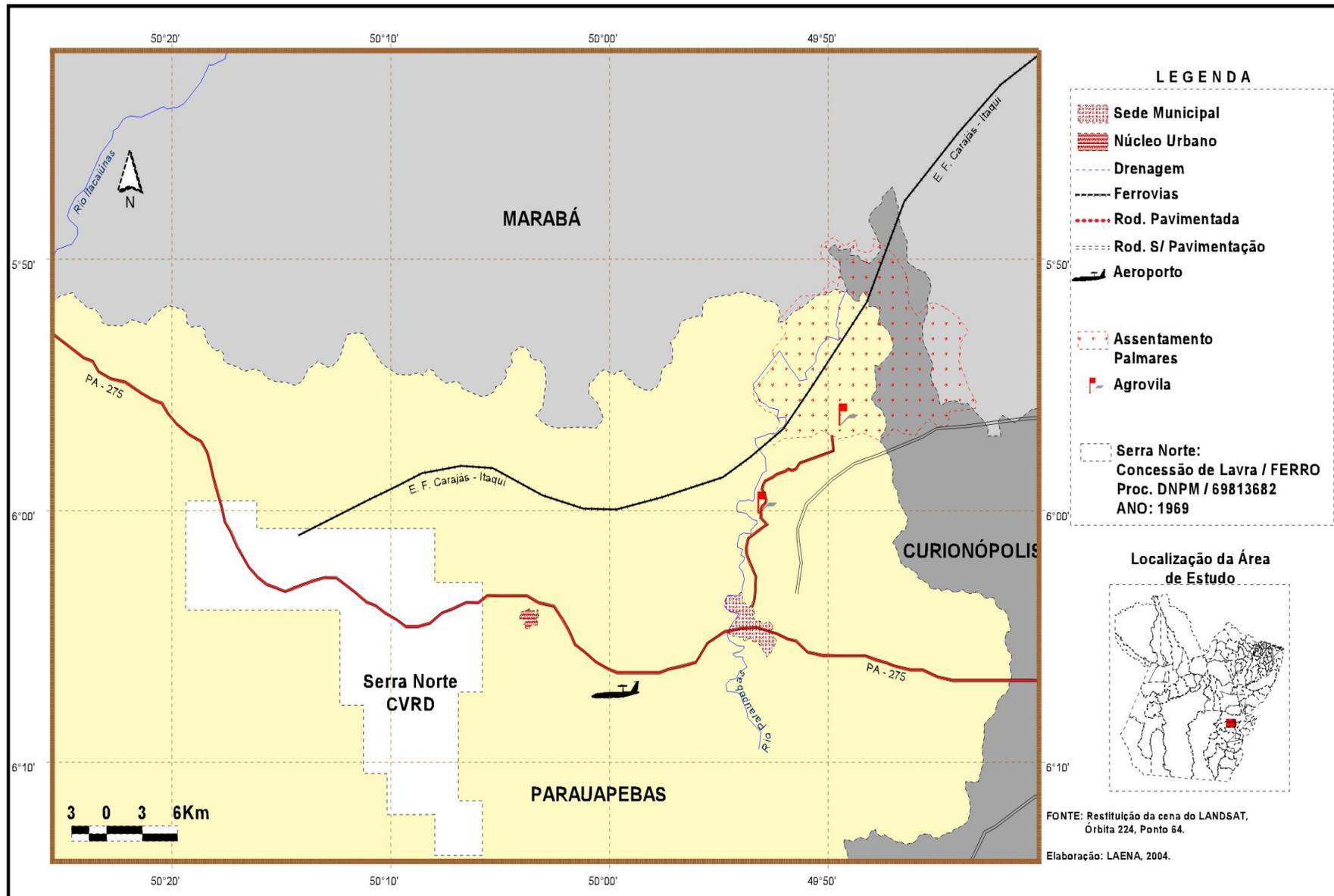
STALIN, Joseph. Sobre os problemas da política agrária na URSS. In: GRAZIANO, José; STOLCKE, Verena (orgs.). **A questão agrária**. São Paulo: Ed. brasiliense, 1981. p. 165-185.

UNIVERSIDADE JOSÉ ROSÁRIO VELLANO. **Normas para elaboração de trabalhos de conclusão de curso, monografias e dissertação**. Alfenas/MG, 2003. 36 p.

WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. TEDESCO, João Carlos (org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. Passo Fundo/RS: Universidade de Passo Fundo, 1999. p. 21-56.

ANEXOS

ANEXO 1 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO PROJETO DO ASSENTAMENTO PALMARES



LEGENDA

-  Sede Municipal
-  Núcleo Urbano
-  Drenagem
-  Ferrovias
-  Rod. Pavimentada
-  Rod. S/ Pavimentação
-  Aeroporto
-  Assentamento Palmares
-  Agrovila
-  Serra Norte: Concessão de Lavra / FERRO Proc. DNPM / 69813682 ANO: 1969

Localização da Área de Estudo



FONTE: Restituição da cena do LANDSAT, Órbita 224, Ponto 64.

Elaboração: LAENA, 2004.

ANEXO 2 - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA
ÁREA DE ASSENTAMENTO PALMARES

Formatado

Entrevistador (a): _____ Questionário n°: _____
Local da entrevista: _____ Data: _____

Caso o (a) entrevistado(a) não seja o (a) responsável pela família:

Nome: _____

Condição: Cônjuge () Primogênito () Outro (especificar) _____

1. DADOS GERAIS SOBRE O (A) RESPONSÁVEL PELA FAMÍLIA

- 1.1. Nome/apelido: _____
- 1.2. Sexo: Masculino () Feminino ()
- 1.3. Idade: _____ anos
- 1.4. Estado civil: Casado/a () Solteiro/a () Amigado/a () Viúvo/a () Divorciado/a () Separado/a ()
- 1.5. Local de nascimento: Estado _____ Município _____
- 1.6. Quando chegou em Parauapebas: _____ Vindo de onde: _____
- 1.7. Profissão(ões) que teve antes de chegar ao assentamento () Garimpeiro/a () Agricultor/a () Vendedor/a () Comerciante () Outra/s: _____
- 1.8. Associado(a) da APROCPAR () Sim Desde _____ () Não Por que não? _____
- 1.9. É ligado(a) ao MST () Sim () Simpatizante () Militante () Dirigente Desde _____ () Não Por que não? _____
- 1.10. Participa de outra organização () Sim Qual? _____ desde _____ () Não
- 1.11. Frequenta as reuniões da APROCPAR, _____ vez(es) por semana/ _____ vez(es) por mês/ _____ vez(es) por ano e/ou do MST, _____ vez(es) por semana/ _____ vez(es) por mês/ _____ vez(es) por ano e/ou do(a) _____, _____ vez(es) por semana/ _____ vez(es) por mês/ _____ vez(es) por ano.
- 1.12. Exerce(u) cargo na APROCPAR, Qual? _____ de _____ até _____ e/ou no MST, Qual? _____ de _____ até _____ e/ou na(o) _____ Qual? _____ de _____ até _____.
- 1.13 – De que núcleo de família faz parte: _____
- 1.14 – Seu lote fica em que região: () Três ~~voltas~~-~~Voltas~~ – Carote () Três ~~voltas~~-~~Voltas~~ – Aristel () Pontilhão () Esfria ~~saco~~-~~Saco~~ () Limão – antes do rio () Limão – depois do rio () Praças () Rio ~~novo~~ ~~Novo~~ () Entorno da vila () Roncador () Outra: _____

2. A FAMÍLIA COMO UNIDADE DE PRODUÇÃO E CONSUMO

2.1. Assumiu o lote no ano de _____, no mês de _____.

Em dinheiro próprio (valor): _____ Origem: _____
Dinheiro emprestado (valor): _____ Origem: _____
Animais que possuía (n°/espécie) _____
Utensílios, máquinas e ferramentas: _____
Como viveu e trabalhou antes da 1ª colheita: _____

2.2. Patrimônio e suprimento no ~~meio~~-~~início~~ da exploração (usar moeda da época):

2.3. Composição atual da família (incluir todos que usufruem a produção em comum).

Condição (*)	Idade (anos)	Sexo	Escolaridade (anos completos)	Uso do trabalho						
				No lote (estimativa em %)			Comunidade (Dias/Ano)	Para terceiros:		
				Casa	Roça Pasto	Mata		p/quem	n° de dias	Renda R\$
Resp. p/ fam.										

(*) Condição: esposo(a), filhos(as), pai, mãe, avós, cunhados(as), primos(as), encostados(as), etc. (numerar repetições 1,2,3)

2.4. Lote(s) no ano da pesquisa

Modalidade de acesso (todos os lotes disponíveis)	Área	Unid.	Ano acesso	Situação jurídica (tipo de documento)
Compra				
Posse antiga reconhecida				
Ocupação pacífica				
Ocupação conflituosa				
Herança				
Arrendamento				
Concessão de uso				
Outras				
TOTAL				
a) 1 hectare = 100 x 100 m (10.000 m ²) b) 1 tarefa = 25 x 25 braças = 55 x 55 m (3.025 m ²) c) 1 alqueire = 5 hectares = 16 linhas (50.000 m ²) d) se usar outra unidade, especificar dimensões				a) Título Definitivo (<i>IncráNCRA</i> ou <i>IterpaTERPA</i>) b) Licença de Ocupação (<i>IncráNCRA</i>) c) Recibo de compra (registrado no cartório?) d) Se for outro tipo, discriminar

2.5.Recebe rendas da Previdência?

Membro da Família	Rendas previdenciárias / mês (em R\$)*				
	Aposentadoria	Auxílio gravidez	Auxílio invalidez	Pensão	Outra(s)/Qual?
Pai					
Mãe					

* Caso não seja o ano todo, especificar quantas vezes recebeu ou vai receber. Ex: 240x3, 120x6.

2.6.Recebe e/ou dá ajuda financeira?

Ajuda recebida			Ajuda dada		
De quem	Quanto		Para quem	Quanto	
	Por vez (R\$)	Vezes p/ano		Por vez (R\$)	Vezes p/ano

2.7.Contratação de mão-de-obra no último ano agrícola?

Mão-de-obra externa - Tipo de Serviço	Mês(es)	Dias trabalhad./mês	Quantas pessoas?	Valor pago por pessoa/forma*

* Diária, Quinzena, Mensal, etc.

2.9. Informações sobre a(s) casa(s) (se tiver outras casas, anotar os mesmos dados no verso da folha):

Localização: () no lote; () na agrovila; () na cidade (qual cidade? _____)
Área construída (frente x fundos): _____ m x _____ m Quantidade de cômodos: _____
Parede: () Alvenaria; () Madeira; () Taipa; () Palha; () outro tipo (discriminar _____)
Piso: () Cimento; () Madeira; () Chão batido; () Terra solta; () outro (_____)
Cobertura: () Telha barro; () Telha cimento; () Brasilit; () Cavaco; () Palha; () outra (_____)
Fonte de água: () Poço tubular c/ bomba; () Poço Amazonas (manual); Profundidade _____;
() Água encanada; () Cacimba; () Igarapé; () Rio
Sanitário: () porcelana; () pedra sanitária; () fossa negra; () outra privada (_____); () não tem
<u>Casa 1</u> (Ano construção: _____)

Localização: () no lote; () na agrovila; () na cidade (qual cidade? _____)
Área construída (frente x fundos): _____ m x _____ m Quantidade de cômodos: _____
Parede: () Alvenaria; () Madeira; () Taipa; () Palha; () outro tipo (discriminar _____)
Piso: () Cimento; () Madeira; () Chão batido; () Terra solta; () outro (_____)
Cobertura: () Telha barro; () Telha cimento; () Brasilit; () Cavaco; () Palha; () outra (_____)
Fonte de água: () Poço tubular c/ bomba; () Poço Amazonas (manual); Profundidade _____;
() Água encanada; () Cacimba; () Igarapé; () Rio
Sanitário: () porcelana; () pedra sanitária; () fossa negra; () outra privada (_____); () não tem
<u>Casa 2</u> (Ano construção: _____)

2.10. Edificações de trabalho (no ano da pesquisa).

2.10.1. Casa de farinha: ano construção: _____; custo de construção (se não souber não insistir):

Localização: () no lote; () na agrovila. Propriedade: () do agricultor; () da comunidade () de outro(a) assentado(a) (Paga algo a este(a) assentado(a), o que?: _____)
(Preencher quadro abaixo somente se a casa de farinha for de propriedade do agricultor)
Área construída (frente x fundos): _____ x _____ m Quantidade de cômodos: _____
Cobertura: () Telha barro; () Telha cimento; () Brasilit; () Cavaco; () Palha; () outra (_____)
Estrutura: () alvenaria; () madeira de lei; () madeira de 2ª; () outra (discriminar _____)
Piso: () Cimento; () Madeira; () Chão batido; () Terra solta; () outro (_____)
Fonte de água: () Poço tubular c/ bomba; Profundidade _____; () Poço Amazonas (manual);
Profundidade _____; () Água encanada; () Cacimba; () Igarapé; () Rio

2.10.2. Depósito/Paiol: ano construção: _____; custo de construção (se não souber não insistir):

Localização: () no lote; () na agrovila; () na cidade (qual cidade? _____)
 Área construída (frente x fundos): _____ x _____ m Quantidade de cômodos: _____
 Parede: () Alvenaria; () Madeira; () Taipa; () Palha; () outro tipo (discriminar _____)
 Piso: () Cimento; () Madeira; () Chão batido; () Terra solta; () outro (_____
 Cobertura: () Telha barro; () Telha cimento; () Brasilit; () Cavaco; () Palha; () outra (_____)

2.10.3. Curral/Cerca: ano construção: _____; custo de construção (se não souber não insistir):

Tamanho do curral/cerca (frente x fundos): _____ x _____ m ;
 Tipo de curral/cerca: () Provisório (cercado de madeira roliça/branca, sem mourões)
 () Simples (cercado com madeira de lei, com mourões, sem balança)
 () Completo (madeira de lei, mourões, com divisões e com balança)

* se tiver mais de um curral/cerca, anotar mesmos dados no verso desta folha.

2.10.4. Outra construção: ano construção: _____; custo de construção (se não souber não insistir):

Tipo/Uso: _____ Localização: _____
 Área construída (frente x fundos): _____ x _____ m Quantidade de cômodos: _____
 Parede: () Alvenaria; () Madeira; () Taipa; () Palha; () outro tipo (discriminar _____)
 Piso: () Cimento; () Madeira; () Chão batido; () Terra solta; () outro (_____
 Cobertura: () Telha barro; () Telha cimento; () Brasilit; () Cavaco; () Palha; () outra (_____
 Fonte de água: () Poço tubular c/ bomba; () Poço Amazonas (manual); () Cacimba; () Igarapé; () Rio
 Sanitário: () porcelana; () pedra sanitária; () fossa negra; () outra privada (_____); () não tem

2.10.5 Outras benfeitorias (ou observações)

2.11. Equipamentos, ferramentas e utensílios de trabalho (no ano da pesquisa).

Item	Qtde	Marca/ Modelo	Compra		
			Ano	Financiada por:	Preço (R\$)
Caminhão					
Carro de passeio					
Motocicleta					
Espingarda					
Motor					
Gerador					
Bicicleta					
Motoserra					
Plantadeira manual					
Tambor p/guardar grão					
Pulverizador					
Carrinho de mão					
Enxada					
Foice					
Facão					
Boi de tração					
Beneficiadora					
Beneficiadora-					
Outros					

Formatado: Normal, A esquerda

3. MEIOS DE PRODUÇÃO

3.1. Evolução dos Recursos-recursos_Vegetais-vegetais (se tiver mais de duas capoeiras anotar no verso)

Cobertura <u>Vegetal-vegetal</u>	Início da exploração (ano:)		Hoje (ano:)	
	Área	Idade	Área	Idade
Área <u>Totaltotal</u>				
Mata				
Área explorada				
Várzea inundável				
Capoeira 1				
Capoeira 2				

Roca				
Culturas permanentes				
Pasto sujo (juqueira)				
Pasto limpo				
Outra ()				

3.2. Produção, consumo e comercialização de produtos extrativos no último ano

Produto	Produção	Unid.	Consumo familiar	Venda			Quem comprou? (% do vendido) *								
				Quantid.	Preço/unid	Mês/es	B	C	A	F	O	As			
Madeira															
Cipó															
Mel															
Peixe															
Borracha															
Castanha															
Cupuaçu															
Andiroba															
Cupaíba															
Muruci															
Açaí															
Lenha															
Banana															
Cana															

* marcar com X: B = Bodegueiro (pequeno comerciante da comunidade); C = Caminhoneiro (atravessador que vem comprar na comunidade; A = Atacadista (grande comerciante que compra em quantidade na cidade); F = Feira (o agricultor vende na feira direto ao consumidor); O = Organização (cooperativa, caixa agrícola, associação, etc.); As = Assentado (Assentado do próprio PA)

3.3. Possui madeira de valor comercial no lote? Quais/quantas (espécies / n° de árvores)? _____

3.4. Fontes de água para o trabalho no lote:

() Rio navegável; () Igarapé perene; () Igarapé seco no verão; () Açude; () Poço; Profundidade _____; Máxima no ano _____ e Mínima no ano _____; () Outra(_____)

* Esgotou alguma fonte de água ? Qual ? Por que quê ?

==

* Qualidade da água: () manteve-se; () melhorou; () piorou ; Por quê ?

3.5. Criações de animais dentro do(s) estabelecimento(s), autoconsumo e venda (no ano da pesquisa).

Espécie	Próprio			Preço unitário de venda na região	De terceiros (n°)			
	Qtde	Financiados			De meia (Qtde)	Aluguel de pasto		Cessão pasto (Qtde)
		Ano	Por quem			Qtde.	Valor do aluguel/mês	
Bois								
Vacas								
Novilhos								
Novilhas								
Bezerros								
Bezerras								
Cavalos								
Burros								
Galinhas								
Porcos								
Bodes								
Colméias								

* Preço de venda na região (em R\$).

3.6. Tem algum animal fora do lote? () sim; () não; Qual (is), quantos e em que condição ?

* mesma observação do item 3.2. (Bodegueiro, [Camioneiro](#)[caminhoneiro](#), [Atacadista](#)[atacadista](#), [Feira](#)[feira](#), [Organização](#)[organização](#), [Assentado](#)[assentado](#))

4.7. Consumo familiar e comercialização da pecuária bovina no último ano agrícola.

Produto	Unidade	Produção	Auto- Consu onsumo	Venda			Quem comprou ? Em %* do vendido						
				Quant.	Preço p/Uni	Mês(es)	B	C	A	F	O	As	
Leite													
Queijo													
Boi													
Vaca													
Novilho													
Novilha													
Bezerro													
Bezerra													

* mesma observação do item 3.2. (Bodegueiro, [Camioneiro](#)[caminhoneiro](#), [Atacadista](#)[atacadista](#), [Feira](#)[feira](#), [Organização](#)[organização](#), [Assentado](#)[assentado](#))

4.8. Consumo familiar e comercialização da criação no último ano agrícola.

Produto	Unidade	Produção	Auto- Consu onsumo	Venda			Quem comprou ? Em %* do vendido						
				Quant.	Preço p/Uni	Mês(es)	B	C	A	F	O	As	
Frangos													
Ovos													
Mel													
Porco													

* mesma observação do item 3.2. (Bodegueiro, [Camioneiro](#)[caminhoneiro](#), [Atacadista](#)[atacadista](#), [Feira](#)[feira](#), [Organização](#)[organização](#), [Assentado](#)[assentado](#))

5. ACESSO AO CRÉDITO RURAL

5.1. ~~RO Sr.~~ recebe(eu) algum apoio a fundo perdido?(~~Incr~~~~NCRA~~, projeto de ONG ou Igreja, PDA etc.) sim() ; não() Qual? _____

5.2. Que financiamento(s) mais recente(s) ~~o Sr.~~ recebeu ? Em que ano ? () ~~Pro~~~~cer~~~~ROCERA~~ (ano: _____); () ~~Pronaf~~~~RONAF~~ (ano: _____); () Outro (ano: _____) Especificar: _____.

5.3. Em qual ~~Banco~~ ~~banco~~ ~~o Sr(a)~~ conseguiu este financiamento ? _____ Agência: _____;

5.4. Este financiamento foi contratado para que atividades?

Culturas (1) / Criações (2)	Área (1)	Nº de cabeças (2)
a) Cult. Temporárias temporárias		
b) Cult. Permanentes permanentes		
c) Pecuária (especificar)		

5.5. Quem lhe apoiou para conseguir este financiamento? _____

5.6. Quem foi o avalista do contrato ? _____

5.7. Quem elaborou o projeto? _____ Era isso que ~~o Sr.~~ queria financiar? () Sim; () Não; Por ~~que~~~~quê~~?

5.8. Tinha experiência anterior com a cultura financiada? () Sim; () Não

5.9. Qual o valor total do financiamento de acordo com a cédula rural? R\$ _____

6. APOIOS INSTITUCIONAIS

6.1. ~~RO Sr.~~ recebe ~~a~~Assistência ~~t~~técnica? () não, () sim; De quem? _____

6.2. Quantas visitas de ~~Assistênc~~~~ia~~ ~~Assistênc~~~~ia~~ ~~Téc~~~~nica~~ ~~téc~~~~nica~~ foram feitas no seu lote? _____

6.3. A assistência técnica é: () boa; () regular; () ruim; Por ~~que~~~~quê~~? _____

6.4. ~~O Sr.~~ utiliza alguma forma de aprendizado técnico ? () não; sim, Qual(is)?

() trabalhando para terceiros; () visitando outros projetos; () participando de mutirão na Associação;

() ouvindo programas de rádio; () assistindo programas na TV ou Vídeo; () lendo revistas técnicas;

() outras atividades: _____

6.5. Considerando as coisas como estão, o que pretende fazer no futuro? alguma dessas coisas?

Erradicar o ~~que~~~~quê~~? _____

Plantar o ~~que~~~~quê~~? _____

Comprar o ~~que~~~~quê~~? _____

O que você mais gostaria que mudasse _____

Formatado: Fonte: Negrito

7. QUESTÕES GERAIS

7.1. O financiamento mudou alguma coisa no seu lote e/ou na sua vida? O ~~que~~ quê?

7.2. Quais as principais dificuldades que você enfrenta, para o sucesso do financiamento? _____

7.3. Sugestões para melhorar as condições do financiamento: _____

Observações sobre a entrevista :

Início da entrevista: _____ hs.

Encerramento da entrevista: _____ hs.

Assinatura- do entrevistador: _____

ANEXO 3 - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA 2 ÁREA DE ASSENTAMENTO PALMARES

Entrevistador (a): _____ Questionário n°: _____
Local da entrevista: _____ Data: _____

1 – DADOS GERAIS SOBRE O(A) ENTREVISTADO(A)

- 1.1. Nome/apelido: _____
- 1.2. Sexo: Masculino () Feminino ()
- 1.3. Idade: _____ anos
- 1.4. Estado civil: Casado(a) () Solteiro(a) () Amigado(a) () Viúvo(a) ()
Divorciado(a) () Separado(a) ()
- 1.5. Local de nascimento: Estado _____ Município _____
- 1.6. Quando chegou em Parauapebas: _____ Vindo de onde: _____
- 1.7. Profissão(ões) que teve antes de chegar ao assentamento: () Garimpeiro/a
() Agricultor(a) () Vendedor(a) () Comerciante () Outras/s: _____
- 1.8. Associado(a) da APROCPAR () Sim Desde _____ () Não Por que não: _____
- 1.9. É ligado(a) ao MST? () Sim () Simpatizante () Militante () Dirigente
Desde _____ () Não Por que não: _____
- 1.10. Participa de outra organização? () Sim Qual: _____
desde _____ () Não
- 1.11. Ocupa atualmente que cargo? _____ desde: _____

2 – INFORMAÇÕES SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

- 2.1. Inicialmente, quais eram as suas expectativas em relação à forma de produção coletiva?

- 2.2. Na sua opinião, quais os principais motivos que levaram aos problemas verificados no modelo de produção anteriormente pensado, baseado nas grandes estruturas, como as agroindústrias e, nos grandes projetos?

- 2.3. Quantas famílias fazem parte do seu núcleo? _____.
- 2.4. Quantas famílias trabalham de forma coletiva, semicoletiva e individualizada no seu núcleo: Forma coletiva _____, Forma semicoletiva _____ e Forma individualizada _____.
- 2.5. No seu núcleo, de que forma as famílias mais preferem trabalhar? () Forma coletiva () Forma semicoletiva () Forma individualizada
- 2.6. Na sua avaliação, porque as famílias preferem trabalhar de forma _____?

- 2.7. Considerando o que houve dos componentes do seu núcleo, quais os principais problemas em se trabalhar de forma coletiva nos núcleos?
- _____
- _____
- _____
- 2.8. Existe alguma forma de cooperação entre os membros do seu núcleo (mutirão, troca de trabalho, etc.)?
- _____
- _____
- _____
- 2.9. Em que mês(es) do ano os componentes do seu núcleo mais trabalham de forma coletiva? Por quê?
- _____
- _____
- _____
- 2.10. Quantas vezes o seu núcleo se reúne? _____/semana, _____/mês, _____/ano.
- 2.11. Nas reuniões de seu núcleo, o que se discute principalmente?
- () A produção _____%
- () A organização social _____%
- () As ações do Governo (Créditos, ATEC, etc.) _____%
- () Os problemas individuais _____%
- () Outros: _____.
- 2.12. Na sua opinião, qual seria a melhor forma de organização dos núcleos de produção?
- () Organizar por vicinal;
- () Organizar por região;
- () Organizar por afinidade (religiosa, familiar, tipo de cultura, criação, etc.);
- () Manter a atual organização dos núcleos;
- () Outra: _____